

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**

CAMPUS VIAMÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COMO FERRAMENTA
DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO
FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO - RS**

HULI MARCOS ZANG

Viamão, Abril de 2025.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COMO FERRAMENTA
DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO
FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de Especialização em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Viamão, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Especialista em Agroecologia.

Orientadora: Profa. Dra. Potira Viegas Preiss

Aprovado em 22 de abril de 2025.

Profa. Dra. Potira Viegas Preiss- Orientadora

Prof. Dra. Fernanda C. França Vasconcellos - UFRGS

Prof. Dr. Claudio Fioreze - IFRS

AGRADECIMENTOS

À minha companheira Roseli Canzarolli: parceira amada, profissional dedicada, militante apaixonada da causa dos povos. Inspiração e exemplo para o estudo e para a vida.

Aos meus filhos Martin e Maria Clara: cada um seguindo seu caminho!

A todos colaboradores da COPERAV pela dedicação ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos agricultores e agricultoras do Assentamento Filhos de Sepé!

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pela luta incansável pela Reforma Agrária, pela agroecologia e um mundo melhor.

A todos os professores e professoras, colaboradores e colaboradoras do IFRS, dos Campi Viamão, Canoas, Alvorada e Restinga.

Aos colegas de turma pelo compartilhamento constante de saberes e experiências de vida.

Ao meu amigo José Miguel Pretto, parceiro de trabalho e dos estudos.

Aos meus pais, exemplos de vida, de luta. Incansáveis!

A minha Orientadora Potira Viegas Preiss, pela paciência, dedicação e parceria nessa empreitada.

Por nossos mortos nenhum minuto de silêncio,
mas toda uma vida de luta!
Em memória aos companheiros do MST tombados na luta dos
povos.

RESUMO

O acesso às políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar apresenta-se como importante ferramenta da transição agroecológica no Assentamento Filhos de Sepé. O desenvolvimento da pesquisa apresenta as políticas de maior relevância para o estudo de caso, sendo duas de abrangência nacional, PAA e PNAE e uma com abrangência municipal, o PAV. A pesquisa aborda no escopo da política pública dados do Pronaf e como os recursos deste programa são utilizados atualmente. O trabalho apresenta inúmeros dados relacionados às políticas públicas, da agricultura familiar, da Reforma Agrária e da vida econômica, social, ambiental e política do Assentamento Filhos de Sepé. Avanços, desafios e perspectivas da transição agroecológica no território da reforma agrária livre de agrotóxicos e transgênicos concluem o trabalho de pesquisa.

Palavras-chave: transição agroecológica, política pública, agricultura familiar, Assentamento Filhos de Sepé.

ABSTRACT

Access to public policies for the acquisition of family farming food presents itself as an important tool for the agroecological transition in the Filhos de Sepé Settlement. The development of the research presents the most relevant policies for the case study, with two being of national scope, PAA and PNAE, and one with municipal scope, PAV. The research addresses within the scope of public policy data from Pronaf and how the resources of this program are currently being used. The work presents numerous data related to public policies, family farming, Agrarian Reform, and the economic, social, environmental, and political life of the Filhos de Sepé Settlement. Advances, challenges, and perspectives of the agroecological transition in the territory of agrarian reform free from pesticides and transgenics conclude the research work.

Keywords: agroecological transition, public policy, family farming, Assentamento Filhos de Sepé, agroecology, food production

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS.....	38.
Figura 2: Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS.....	39.
Figura 3: Município de Viamão	40.
Figura 4: Localização das Comunidades Tradicionais, Viamão, RS.....	41.
Figura 5: Produção de uvas no AFS	42.
Figura 6: Mancha de inundação enchentes maio de 2024.....	43.
Figura 7: Mapa distribuição dos solos no AFS.....	43.
Figura 8 : Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí	44.
Figura 9 : Barragem do Assentamento Filhos de Sepé.....	45.
Figura 10: Alvos e Recursos Fundamentais da APA do Banhado Grande.....	48.
Figura 11: Ação de formação para o quadro de colaboradores do GHC.....	58.
Figura 12: Organização dos Kits do Programa Alimenta Viamão.....	61.
Figura 13: Nota de Fiscal de compra de arroz pela Conab	65.
Figura 14: Tentativa de incendiar o galpão e máquinas da recém-criada COPERAV.....	69.
Figura 15: Nota Fiscal emitida para a primeira escola estadual a comprar da COPERAV pela lei 11.947/2009. Chamada pública realizada em setembro de 2010	71.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Quantidade de Operações e valores do PRONAF dos anos de 2013/14 a 2024/25.....	33.
Gráfico 2: Recursos federais disponibilizados para o PAA Doação Simultânea – 2003 a 2020.....	57.
Gráfico 3: Destino dos alimentos por mercado.....	75.
Gráfico 4: Faturamento por ano da COPERAV.....	77.
Gráfico 05: Total de cadastros de certificados orgânicos por município no Brasil..	84.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados de agricultores familiares cadastrados no sistema do MDA.....	54.
Tabela 2: Compras do IFRS da COPERAV.....	59.
Tabela 3: Comparação de preços de mercado e PAA.....	66.
Tabela 4: Dados de Repasses do FNDE e Aquisições da agricultura familiar município de Viamão - Valores adquiridos da Cooperativa do AFS.....	78.
Tabela 5: Dados Pronaf Custeio de Lavouras, Rio Grande do Sul, ano de 2023.....	80.
Tabela 6: Cadastros de agricultores com certificação orgânica.....	83.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APABG - Área de proteção ambiental do Banhado Grande
AF - Agricultura Familiar
AFS - Assentamento Filhos de Sepé
AAFISE - Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé
EMATER - Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
BCB - Banco Central do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBHRG - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí
CONAB - Companhia Nacional de abastecimento
CCU - Contrato de Concessão de Uso
COPERAV - Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão
COCEARGS - Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul
COOTAP - Cooperativa dos Assentados da Região de Porto Alegre
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
DOE - Diário Oficial da União
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FBB - Fundação Banco do Brasil
GHC - Grupo Hospitalar Conceição
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz
MDCR - Matriz de Dados do Crédito Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ECOVIAMÃO - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão e Entorno
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica

PAV - Programa Alimenta Viamão

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa Nacional de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PA - Projeto de Assentamento

RVSBP - Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SIM - Sistema de Inspeção Municipal

SPDH - Sistema de Plantio Direto de Hortaliças

SUMÁRIO

Sumário.....	11
1. APRESENTAÇÃO.....	12
2. INTRODUÇÃO.....	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	21
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
3.1 COLETA DE DADOS.....	23
3.2 ANÁLISES DOS DADOS.....	26
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	28
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: O ACESSO À TERRA, AO CRÉDITO E AO MERCADO.....	28
4.2 AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	33
5. O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, A REFORMA AGRÁRIA E O MEIO AMBIENTE.....	37
5.1 – Os solos, a água e o meio ambiente.....	40
6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	47
6.1 LEI 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009.....	48
6.2 LEI 10696/2003 – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	52
6.3 PAV - lei municipal nº 5.134/21.....	59
7. A DISPUTA PELO MODELO DE PRODUÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO LIVRE DE AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ.....	61
7.1 A COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DA REFORMA AGRÁRIA DE VIAMÃO – COPERAV.....	66
7.1.1 A PADARIA.....	69
7.1.2 O REDESENHO DA MATRIZ AGROECOLÓGICA.....	71
8. RESULTADOS.....	74
8.1 CONCLUSÃO.....	83
9. REFERÊNCIAS.....	86

1. APRESENTAÇÃO

O município de Viamão destaca-se no cenário da produção orgânica nacional, sendo o município com o maior número de cadastros de certificados orgânicos no Rio Grande do Sul e o segundo colocado a nível nacional conforme o cadastro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disto, as instituições públicas do município têm histórico de execução das principais políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, sendo eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas suas diferentes modalidades; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, ainda, o Programa Alimenta Viamão (PAV), desenvolvido e gestado pelo município.

Dos 274 certificados orgânicos emitidos para agricultores de Viamão, 228 são do Assentamento Filhos de Sepé (AFS).

Entender o contexto de como o maior assentamento do Estado se transformou no maior produtor de arroz orgânico e um dos maiores produtores de alimentos agroecológicos do Brasil, com destaque na América Latina, é necessário para o desenvolvimento do trabalho. Essa compreensão será dada pelo próprio autor - pesquisador que se juntou às fileiras de milhares de camponeses Sem Terra em 1995, acampando¹ e lutando por terra, tornando-se militante do MST, tendo tido a possibilidade de percorrer e conhecer diferentes regiões e realidades dos camponeses no país. Chegou no Assentamento no dia 10 de dezembro de 1998, mais especificamente no setor D, onde reside até hoje com sua família na Rua Florestan Fernandes. O autor também participou do primeiro grupo coletivo que tentou criar uma cooperativa em 1999, e juntamente com seu pai e outros companheiros iniciaram o plantio do arroz orgânico com a técnica da rizipscicultura² em 2002/2003, sendo o primeiro presidente da Associação dos Produtores de arroz e Peixe do Setor D e posteriormente Associação dos Produtores de Arroz Ecológico do Assentamento Filhos de Sepé. Participou ainda da criação do grupo gestor do

¹ Expressão utilizada para nominar a situação de morar em barraco de lona durante o período de luta pela terra.

² A rizipscicultura é a técnica de criar peixes ou crustáceos nos quadros de arroz irrigado. Os peixes exercem um controle biológico sobre as pragas da arrozeira (plantas e insetos), permitindo a produção de arroz sem o uso de agrotóxicos. (EPAGRI, 2002).

arroz agroecológico do estado do RS; contribuiu na fundação da Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE) no ano de 2005, tendo elaborado a ata de fundação, sendo seu atual presidente. Como parte desta função, participa de diferentes espaços colegiados representando os interesses do Assentamento, tais como o Comitê de Bacia do Rio Gravataí, o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande e Conselho do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (RVSBP).

Acompanhou a ação do INCRA³, com o Ministério Público e Polícia Federal na apreensão do arroz irregular na safra de 2008/2009, episódio marcante para o processo de transição agroecológica do assentamento que redirecionou a produção local de arroz agroecológico de forma permanente. Também colaborou para a criação do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, num arranjo pioneiro onde as reservas legais de cada lote do assentamento foram unificadas em uma Unidade de Conservação Integral.

É sócio fundador da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV). O autor é egresso do Instituto Federal do Rio Grande do Sul onde se graduou como tecnólogo em Processos Gerenciais.

Atua como feirante há cinco anos na Feira Ecológica do Bom Fim em Porto Alegre, onde recentemente contribuiu na organização da Associação da Feira estando atualmente na diretoria. Coordena pela COPERAV o projeto de redesenho da matriz agroecológica do AFS, em parceria com o Programa Ecoviamão do IFRS Campus Viamão, principalmente a produção de diversidade de variedades de arroz e práticas de diversificação nas áreas de várzea.

Pela vivência explicitada acima, certo dia tomando chimarrão com seu pai no galpão junto à lavoura ao receber o convite para uma abertura oficial da colheita do arroz do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), evento que ocorre todos os anos com enfoque na lavoura convencional, tiveram a ideia de fazer uma abertura da colheita do arroz orgânico no Assentamento. E assim foi feito em 2005, com um grupo reduzido de pessoas, pouca estrutura e uma colheitadeira que quase não conseguiu chegar até a lavoura, demarcando a data que deu origem ao grande evento hoje de âmbito nacional do MST que é a Festa da Abertura da Colheita do

³ Ação originada pelo Termo de Ajuste de Conduta de 2005. Mais informações na seção 3.3 sobre a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão.

Arroz Agroecológico. A última realizada em Viamão em 2025 contou com a presença de mais de três mil pessoas de diferentes regiões do estado.

O relato apresentado até aqui justifica em especial duas questões. Primeiro, apresenta o autor e seu lugar de fala, um espaço que mescla a trajetória e o conhecimento acumulado por uma vida de militante do MST, e produtor assentado que realiza distintas inserções em espaços de aprendizagens tanto formais e informal estando a realização deste TCC entre elas. Segundo porque traz, ainda que de forma bastante breve, trecho importante da história do Assentamento Filhos de Sepé em relação ao processo de transição agroecológica e as políticas públicas de abastecimento alimentar, temas centrais que serão desenvolvidos neste trabalho. Por ser a cadeia produtiva de maior destaque, e de maior engajamento do autor, o arroz de certa forma predomina a discussão.

2. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso multicampi de Especialização em Agroecologia tem como propósito estudar as políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, analisando em que medida estas são ferramentas para a transição agroecológica na produção de alimentos no contexto do Assentamento Filhos de Sepé (AFS).

O objetivo deste capítulo é de introduzir o tema da pesquisa trazendo ao leitor elementos sócio-políticos e históricos do território pesquisado, possibilitando uma melhor compreensão.

O estudo e análise de alguns trabalhos⁴ de pesquisadores elaborados a partir da experiência das famílias do assentamento, chama atenção, sem demérito nenhum aos ótimos trabalhos elaborados, que todos apresentam informações recortadas fornecidas ou por membros da equipe técnica ou dirigentes do

⁴ O Arroz Orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS. Dissertação de mestrado – Helena Maria Beling.

Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos Adalberto Floriano Greco Martins - REVISTA NERA – ANO 20, N°. 35 – JANEIRO/ABRIL DE 2017

Gestão racional de recursos naturais de uso comum – recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento filhos de sepé, Viamão/RS. dissertação de mestrado - RICARDO DIEHL, 2013.

movimento ou de uma cooperativa que exerce atividades no assentamento, mas tem sede em outro município. Essas informações parciais e recortadas não permitem revelar de forma clara a disputa política pelo modelo de produção existente que, mesmo com menos intensidade nos dias de hoje, ainda ocorre.

Um exemplo desta disputa, que tem muito a ver com a política pública de aquisição de alimentos, ocorreu no ano de 2010/2011 quando o Assentamento, ainda tenso com a apreensão do arroz pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁵, se deparou com o fato do Grupo Gestor do Arroz Ecológico começar a definir como acessar o PAA da modalidade formação de estoque. O grupo de agricultores que fez o embate internamente⁶ pela defesa da agroecologia e criou a COPERAV, apesar de fazer parte do grupo gestor, foi vencido na discussão política em que propôs que fosse a COPERAV, a instituição do Assentamento a acessar recursos do PAA e organizar a retomada da produção. A escolha final foi a Cooperativa dos Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP)⁷, cuja sede é em Eldorado do Sul, que passou a associar dezenas de famílias do Assentamento Filhos de Sepé. Com a soma dos limites individuais de aquisição, à época de R\$ 2,5 mil por CPF, a COOTAP recebeu recursos vultosos do PAA, dando capacidade de estruturar-se e financiar as famílias no custeio das lavouras, secagem e comercialização. Tudo legalmente correto, mas politicamente passaram a fazer a disputa com a COPERAV pelo território, “sugerindo” que a cooperativa local deveria ficar no desenvolvimento de outras atividades apenas como padaria e horta e, sendo que o “negócio” do arroz deveria ficar com a cooperativa regional. Esta disputa teve seu maior acirramento quando ocorreu a decisão de onde investir na construção de estruturas de secagem e de indústria. Havia um acordo no Grupo Gestor do Arroz de que os investimentos deveriam ser destinados a todas as cooperativas dos assentamentos, primeiro Tapes, depois Nova Santa Rita, Eldorado do Sul. Quando chegou a vez de Viamão acessar os

⁵ Nesse ano, todas as lavouras que não tinham certificado orgânico emitido foram colhidas pelo INCRA e o arroz destinado a armazéns públicos.

⁶ Residência Agrária - Palestra de assentado na etapa de Viamão - RS, no assentamento Filhos de Sepé - 10 de dez. de 2013 UFSM.

⁷ A COOTAP em 2006 devia valores para a Conab. O grupo da então Associação de arroz ecológico que mais tarde formaria a Coperav emprestou arroz para quitar as dívidas da cooperativa para que pudesse novamente operar com a companhia.

recursos, a discussão mudou, passando pelo entendimento de que todos os processos deveriam ser centralizados na COOTAP.

O coletivo da COPERAV, com a compreensão de que o AFS não poderia ser apenas produtor de matéria prima, rompeu com o Grupo Gestor do Arroz e passou a trilhar seu caminho com outras parcerias.

Como resultado desse processo uma grande estrutura de secagem de arroz foi construída, com recurso originalmente destinado para Viamão, o maior produtor de arroz orgânico do estado responsável por mais de 50 % da produção, em um assentamento de pequeno porte às margens da rodovia BR 290 em Eldorado do Sul. Assim o arroz dos associados da COOTAP percorre mais de 80 km para chegar até lá, carregando pela rodovia além de arroz, casca, água e demais impurezas, favorecendo o desbalanço energético e aumentando o custo financeiro do processo como um todo. O posicionamento da cooperativa regional, a COOTAP, passou a dominar o então Grupo Gestor do Arroz Ecológico, acabando por induzir a própria direção política do MST que passou a tratar o AFS como um produtor de matéria prima. A COPERAV ficou marginalizada no processo, a tal ponto, por exemplo, de ficar alijada de projetos de captação de recursos junto a órgãos públicos com a alegação de que ela não cumpria as decisões “coletivas” do referido Grupo Gestor do Arroz.

As contradições e disputas internas fazem parte da dialética⁸ de qualquer organização. O que as diferenciam é a habilidade da construção coletiva do processo para superar os altos e baixos e a capacidade de sistematizar as lições. A condição atual do AFS é fruto desse processo e da superação dessas contradições. Hoje quase dois terços das famílias⁹ estão engajadas na produção orgânica, número que todo ano aumenta. Sem estas mesmas contradições e disputas internas provavelmente não haveria a indústria de beneficiamento de arroz orgânico da COPERAV e engajamento de jovens, mulheres e inúmeros estudantes, estagiários, bolsistas enfim tendo a oportunidade de aprender sobre processos de gestão industrial e cooperativa no local onde moram.

⁸ Dialética é a arte de debater, refutar e argumentar. É uma forma de discurso entre duas ou mais pessoas que possuem diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, mas que pretendem estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados.

⁹ A COPERAV é um núcleo da OPAC COCEARGS e participa ativamente dos processos de certificação.

A indústria de arroz da COPERAV foi conquistada através de um projeto apresentado a Fundação Banco do Brasil (FBB) no escopo de um edital multiministerial lançado em 2012 com objetivo de agroindustrializar os assentamentos de reforma agrária em todo o país. Os recursos viriam do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo estes não reembolsáveis. Mais de 200 projetos foram apresentados, porém apenas quatro foram implementados, sendo a indústria da COPERAV um deles. Quando do lançamento do edital, a direção do Grupo Gestor do Arroz elencou como uma de suas prioridades, construir uma gigantesca unidade industrial no município de Eldorado do Sul. Para o AFS nada foi destinado como objeto do edital. Os projetos com indicação política da direção do Grupo Gestor do Arroz receberam recursos consideráveis para elaboração do projeto através de convênio INCRA/UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), no caso para os projetos da região sul do país. No Rio Grande do Sul, oito projetos foram indicados, ficando o da COPERAV de fora.

Mesmo assim, houve mobilização da direção da COPERAV da época para elaborar o projeto através de parcerias com amigos e profissionais que trabalharam voluntariamente. O projeto da COPERAV foi o segundo melhor ranqueado no país, não sendo possível depois disso desconsiderá-lo. Após a fase de ranqueamento passaram-se sete anos na fase de atendimento de condicionantes e qualificação. Em 2019, em pleno governo do Presidente Jair Bolsonaro, um ano antes da pandemia da Covid19 no Brasil, os recursos para início das obras foram liberados, sendo executado o cronograma rapidamente e a indústria colocada em operação no segundo semestre de 2020. Vale informar que o projeto da Cooperativa Regional COOTAP não foi aprovado pelo edital FBB, e que a mesma recebeu inúmeros outros projetos estruturantes oriundos de recursos estaduais e federais.

Outro elemento de disputa política que ocorre no AFS refere-se à organização dos arranjos produtivos. No AFS sempre houve uma tendência de vários grupos se engajarem na produção. Há grupos formados por parentes, outros por vizinhos de moradia nas agrovilas e outros vizinhos de lotes de produção, e o número de integrantes varia de grupo por grupo. Quanto mais grupos, menor a área que cada grupo pode plantar, e mais forte deve ser a organização coletiva para gerenciar os recursos para irrigação e drenagem da produção de arroz, bem como o sistema

hídrico do Assentamento como um todo no território da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.

Nos outros assentamentos da região de Porto Alegre, a Cooperativa Regional COOTAP incentivou a estratégia da lógica de poucos grupos com áreas maiores, sendo que em alguns casos um único grupo planta o assentamento todo. Em Viamão, para a safra 2024/2025 há 30 grupos organizados, ou seja, mais grupos plantando arroz do que todos os demais assentamentos somados. Implementar a participação na produção e na tomada de decisão nos processos empodera quem participa e qualifica o coletivo. Não obstante, é muito heterogênea a participação e a contribuição de cada coordenador dos 30 grupos na organização dos processos da produção, seja na gestão da irrigação, seja na cooperativa a qual o grupo faz parte, seja nas lutas do MST. Assim, também é bastante distinta a compreensão que cada um tem em relação aos processos da transição agroecológica.

Por exemplo, há dois anos um grupo de coordenadores levantou como bandeira a possibilidade dos plantadores voltarem a utilizar ureia como forma de adubação na produção do arroz. Diziam eles que seria uma estratégia a ser utilizada nas lavouras para aumentar a produção e a produtividade do arroz, que segundo o argumento estaria muito baixa. Conforme a alegação, não haveria impedimento legal para tal prática. Apesar de este debate conquistar alguns adeptos, foi encerrado quando os dirigentes das cooperativas COOTAP e COPERAV chamaram estes coordenadores e lhes “explicaram” o retrocesso¹⁰ que tal prática proposta causaria no território e na política das cooperativas. Para que o arroz seja considerado orgânico, ele precisa ser certificado por uma entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que verifica se o produtor segue as normas da legislação¹¹ orgânica, o que exclui o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, transgênicos e outros produtos sintéticos.

¹⁰ A ureia é um fertilizante químico sintético produzido a partir da amônia e gás carbônico. É proibida a sua utilização em sistemas de produção orgânica.

¹¹ A lei nº 10.831, publicada em 23 de dezembro de 2003, trouxe regramento para a produção e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil. Sua regulamentação, por meio do Decreto nº 6.323/07 e normas complementares foi construída de forma participativa, envolvendo toda a Rede de Produção Orgânica e diversas representações da sociedade civil, assim como técnicos, pesquisadores, extensionistas e consumidores.

Cada grupo é livre para comercializar o arroz no mercado que avalia ser o melhor, desde que cumpra com as obrigações contratadas com a cooperativa. Ocorre que o mercado do arroz orgânico em casca está constituído através das cooperativas dos Assentamentos. Nenhuma outra empresa ou cooperativa está credenciada para receber e segregar o produto como orgânico. Desta forma se o agricultor ou grupo optar em comercializar de forma alternativa, tenderá a comercializar como arroz convencional, ou seja, pode perder a qualidade de orgânico e conseqüentemente o valor de até 25 % a mais pago pelas cooperativas, no caso da COPERAV e COOTAP

A cadeia produtiva do arroz orgânico no AFS está estruturada de forma que ocorre o planejamento das demandas da safra, insumos (diesel, sementes, adubos, calcário), frete, secagem, armazenamento, indústria, comercialização, logística, marca própria, certificação. Essas etapas e fluxos têm como pilar as políticas públicas de aquisição de alimentos, sendo estas criadas com recursos originados de operações com PAA e PNAE ao longo do tempo. Dito de outra forma, os recursos do PNAE e o PAA, obtidos através das operações das cooperativas, vêm financiando a atividade produtiva do AFS. Sem o acesso a estes recursos dificilmente a cadeia produtiva do arroz agroecológico seria organizada como é atualmente nos assentamentos do Rio Grande do Sul.

Em 2018 juntamente com o Programa de extensão do IFRS Ecoviamão, foi criado o REDESENHO DA MATRIZ AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, consistindo em ações permanentes voltadas à diversificação da produção na várzea e nas áreas secas junto às moradias, desenvolvimento da cadeia de produção de proteína animal, geração de trabalho e renda durante o ano todo principalmente para jovens e mulheres. Neste momento ainda não se sabia, enquanto coletivo da COPERAV, ao nominar o projeto de redesenho, que o que estávamos propondo como ações se alinha aos preceitos teórico-conceituais propostos como terceiro estágio da transição agroecológica proposta por Steve Gliessmann (2000). De maneira geral, o programa propõe um aprofundamento e diversificação das práticas agroecológicas no AFS, ampliando o número de famílias envolvidas, as áreas de produção e qualificando as práticas nas áreas já produtivas, bem como a participação social de jovens e mulheres, inclusive como bolsistas

ligados a diversos temas como gestão financeira, gestão ambiental, recursos humanos, certificação, produção animal, captação de recursos, planejamento estratégico, etc.

Através da participação deste autor em espaços de debate sobre questões ambientais enquanto representante do Assentamento é oportunizado ao mesmo tempo defender os interesses coletivos e compreender as diferentes visões da sociedade em geral, do poder público e das empresas (públicas e privadas) sobre distintos temas relacionados. Por exemplo, no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí que realiza reuniões mensais ordinárias o tema da água é pauta conflitante todos os anos, seja por falta ou excesso. O AFS teve uma importante lição neste espaço de participação. O método de plantio do arroz denominado pré germinado caracteriza-se por revolver o solo com a presença de água, fazendo assim uma cama ou um lodo para receber os grãos pré-germinados com plântulas de arroz. Este lodo - composto de água, argila e matéria orgânica floculando - a água necessita ser drenada dos quadros em algum momento e não pode ir para o rio diretamente, porque contém partículas de solo, o que deixaria a água excessivamente turva, sujeita a multas ambientais porque demanda mais tratamento de filtragem por parte da concessionária de abastecimento (CORSAN, agora AEGEA).

Mesmo antes de se tornar um território livre de agrotóxicos e de transgênicos, este debate já ocorria. Mas foi a partir de 2012/13 que o debate se intensificou, e a não liberação de água turva para o rio passou a ser condicionante para a obtenção da Outorga¹² e conseqüentemente da Licença de Operação. Na época, um dos argumentos dos representantes do Assentamento no Comitê foi de que *“nós do AFS reconhecíamos a turbidez das águas que usamos, mas não utilizamos nenhum produto químico”*. Em resposta a essa afirmação, o então técnico da Corsan contra-argumentou que *“as pessoas não enxergam o veneno, mas o barro sim.”* O tema é uma questão recorrente no Comitê porque tecnicamente a turbidez da água prejudica o sistema de filtragem das bombas da empresa de tratamento, o que pode ocasionar alteração na cor da água fornecida à população. O tema inclusive já foi noticiado na mídia em diferentes ocasiões. Uma dessas

¹² A outorga de água é uma autorização do poder público para utilizar recursos hídricos, concedida a pessoas físicas ou jurídicas. É um instrumento legal que regula o uso da água e contribui para a gestão dos recursos hídricos.

reportagens trouxe como título “ Lavouras irrigadas concorrem com o abastecimento humano nas cidades gaúchas”, escrita por Hasse (2017), em que destacamos o seguinte trecho: “*A sujeira extra, que chegou a entupir um decantador, era resultante do despejo simultâneo de águas lodosas por empresas agrícolas*”. Como o rio estava com pouca água, foi um verdadeiro deus nos acuda e esta pauta¹³ da turbidez da água drenada segue sendo dos grandes desafios permanentes que a produção de arroz orgânico enfrenta, estando distante de ser resolvida dada a sua complexidade.

O documento está organizado em oito capítulos. O primeiro capítulo é uma apresentação do autor e do seu território, seguido por esta introdução. O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa, o caminho percorrido e as ferramentas utilizadas para a coleta e análise de dados. O quarto capítulo traz uma revisão de literatura com foco na transição agroecológica e nas políticas públicas, em especial as de aquisição de alimentos da agricultura familiar. O quinto capítulo traz informações sobre o Assentamento Filhos de Sepé, local da pesquisa. O sexto capítulo traz o detalhamento das principais políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar. O sétimo capítulo apresenta dados de como estas políticas têm se materializado no AFS por meio de diversas ações organizadas e de que forma influenciam o processo de transição agroecológica. O oitavo e último é dedicado à discussão e a análise dos dados coletados com a apresentação dos resultados.

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do estudo é investigar em que medida a execução das políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PNAE, PAA e PAV) contribuem para a transição agroecológica das famílias assentadas da Reforma Agrária do AFS. Para responder esta questão, propomos três objetivos específicos:

- Caracterizar as políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar que as famílias do AFS acessam;

¹³ O tema foi tratado na 411ª reunião do Comitê de Bacia do Rio Gravataí realizada em 11 de março de 2025 no município de Gravataí, entre tantas outras oportunidades.

- Comparar os contratos de execução de aquisição da agricultura familiar, sendo eles do PNAE, PAA e PAV;
- Analisar os avanços das ações de transição agroecológica em andamento no AFS sob o impacto das Políticas Públicas de aquisição de alimentos.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

É um grande desafio para um agricultor, militante e pós graduando pesquisar e sistematizar. “Estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las.” (Fernandes, 2001). As tarefas do dia a dia da produção, da organização, da família absorvem o tempo, fazendo com que a tarefa da escrita somente seja possível com grande disciplina. Mas se quem faz parte do processo não pesquisa e não sistematiza fica à mercê apenas do que os outros, mesmo que legitimamente, escrevam com as suas visões. É preciso fazer parte da construção do conhecimento e construir mecanismos de compartilhá-lo.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 2001, p.17)

Como explicitado na introdução, o autor é estudante, mas também membro atuante da comunidade localizada no território no qual este estudo foi realizado, participando diretamente na produção, na gestão das organizações e na militância política e ideológica. O AFS é fruto da organização e luta dos movimentos sociais, com destaque o MST.

Para um movimento social que causa expressivos impactos sócio territoriais com as ocupações de terra, com os acampamentos e transforma latifúndios em assentamentos, num processo contínuo de ressocialização, pesquisar é fundamental para compreender as novas realidades criadas na luta e na resistência (FERNANDES, 2001)

Na sequência são expostas as ferramentas de coleta e análise de dados, fundamentais para que os resultados e discussões demonstrem a expressão mais próxima da realidade possível e não a opinião do autor.

3.1 COLETA DE DADOS

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas (Minayo, 2001).

"O método é a alma da teoria" distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência, conforme escreveu Lênin (1965, apud Minayo 2001). Desta forma escolhas metodológicas foram feitas, buscando trilhar o melhor caminho para atingir os resultados. A primeira definição foi por realizar um estudo de caso, sendo este sobre o Assentamento Filhos de Sepé, seu território, seu meio ambiente, sua gente e sua organização. "Ao se fazer uma pesquisa de estudo de caso, deve-se respeitar a escala da pesquisa e não generalizar o resultado para todas as realidades dos Sem Terra" (FERNANDES, 2001).

O estudo de caso representa a estratégia preferida pelo investigador quando se procura responder a questões do tipo "como" e "por quê", quando há pouca possibilidade de controle do pesquisador sobre os acontecimentos estudados e quando o foco se encontra em fenômenos atuais que serão mais bem analisados em algum contexto da vida real (GODOY, 1995, p.25)

A abordagem utilizada sobre o tema foi qualitativa. Segundo Minayo (2002) "a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares". É importante a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos do território em questão. É um assentamento de Reforma Agrária como outros milhares no país, mas com características únicas que serão demonstradas ao longo do trabalho. A pesquisa qualitativa, ainda conforme Minayo (2002) trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No período de mais de um ano da fase exploratória buscou-se elementos mais amplos possíveis dos acontecimentos e da história do AFS, com foco nos

processos da transição agroecológica. De acordo com Triviños (1987), “[...] os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema.” Quando o problema é identificado e delimitado “o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo dentro de uma realidade específica [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é “quais indivíduos têm vinculação significativa com o problema a ser investigado?” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. (MINAYO 1992, *apud* MINAYO 2002, p.43).

A coleta de dados teve início no processo do Curso de Especialização em Agroecologia no Campus IFRS Viamão, no mês de agosto de 2023 quando da definição do território no qual o estudante deveria estar inserido e a partir deste desenvolver um Plano de Ação no Território (PAT). Para ilustrar o funcionamento do PAT nas aulas de estrutura física, química e biológica dos solos, por exemplo, uma das tarefas era cavar trincheiras para analisar as características do solo do território. Assim como na área mais agrônômica, o curso abordou temas sócio-políticos, ambientais, geográficos, organizativos, gestão, dentre outros temas importantes, para os quais o estudante deveria buscar uma abordagem prática no território escolhido para o PAT. “Muitos pesquisadores, por uma série de motivos, acabam realizando as atividades de campo e as leituras em um único momento. Esses atos prejudicam o trabalho e aparecem no corpo da monografia.” (FERNANDES, 2001). Dessa forma, a fase exploratória deste trabalho foi realizada em diferentes momentos e coletivos do AFS contribuindo na formulação do problema, delimitação do tema e da área a ser pesquisada.

A análise documental está entre os principais métodos de coleta de dados deste estudo. Foi possível analisar documentos dos arquivos da Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE), bem como da COPERAV desde a fundação das entidades até os dias atuais. Entre os documentos analisados estão atas, contratos, projetos, notas fiscais, relatórios, chamadas públicas, etc. Grande parte do trabalho da fase exploratória foi o estudo do vasto material fornecido pela AAFISE em 20 anos de história e da COPERAV em seus 15 anos completados em agosto de 2024.

Também utilizamos como método de coleta de dados a observação participante. A presença em atividades do AFS foi imprescindível, como reuniões da coordenação dos grupos do arroz agroecológico, reuniões de grupos de produção para organizar o PAA, atividades de entrega entregas do PAV, reuniões dos grupos de certificação participativa, reuniões da coordenação do assentamento e das entidades parceiras, reuniões em comitês como as do Comitê da Bacia do Rio Gravataí, conselhos como de Desenvolvimento Rural de Viamão e reuniões com órgãos públicos como INCRA, MDA, MAPA e prefeitura. Ainda enquanto método, novamente alertando que o pesquisador é morador do território e membro ativo da organização deste, a técnica da observação participante, procurou seguir as orientações de Minayo (2001), ou seja, de que a observação se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.

O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (MINAYO, 2001, p.17)

Utilizamos ainda entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas sendo formuladas conforme o decorrer do diálogo com famílias agricultoras do AFS, membros da direção atual e de gestões passadas da COPERAV, além de gestores públicos do município de Viamão. A proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentada a todos os entrevistados, bem como as direções da AAFISE e da COPERAV. São todos, também moradores do AFS, pessoas de relacionamento no trabalho, pessoal, organizativo e como vizinhos. Neste sentido, portanto, por morar no assentamento desde o princípio, são raras as pessoas que o pesquisador não tenha algum tipo de relacionamento. “Desta forma quem estuda não deve perder nenhuma oportunidade, em suas relações com os outros, com a realidade, para assumir uma postura curiosa. A de quem pergunta, a de quem indaga, a de quem assume.” (FREIRE, 1982).

Feita a apresentação do objeto do estudo e após haver o consentimento do entrevistado as respostas foram anotadas. Em mais de um caso as conversas se

repetiram a fim de complementar as respostas ou para esclarecimento de dúvidas, principalmente com os dirigentes das organizações. Para a escolha das/dos agricultores entrevistados foi utilizado o critério de estar comercializando com as políticas públicas objeto de análise deste estudo (PAA, PNAE e PAV), bem como ter certificação orgânica. Esta informação foi obtida pelos dados fornecidos pela COPERAV e banco de dados públicos. Os dados coletados com os vinte agricultores e agricultoras serviram principalmente para elaboração de tabelas e gráficos. Os nomes reais dos agricultores entrevistados não foram revelados. Os diálogos com os dirigentes do assentamento, da AAFISE e da COPERAV, ainda ativos e de gestões passadas, ocorreram através de questões semi estruturadas juntamente com análise documental, como por exemplo, avaliação de uma Chamada Pública de um município, ou ainda uma nota fiscal. Relatórios de reuniões e notícias de veículos de imprensa também foram utilizados junto às entrevistas como ferramentas de promoção do diálogo. Nestes casos os nomes reais das pessoas foram utilizados e suas falas inseridas no decorrer do texto.

3.2 ANÁLISES DOS DADOS

Por se tratar de um estudo de caso, faz-se necessária a contextualização mais ampla possível do público e do território pesquisado, detalhando os elementos históricos, naturais, sócio-políticos e organizativos.

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente. (MARX E ENGELS, 2007, p. 21).

Por exemplo, ao coordenar uma reunião da Associação dos Moradores com a presença dos coordenadores dos grupos de produção, não há o momento em que por hora o presidente da Associação está interagindo com o público e em outro momento o pesquisador. A ação da pesquisa ocorre integrada à práxis cotidiana, permitindo que, deste modo, fazendo pesquisa, eu educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No

sentido aqui descrito, pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento. (FREIRE, 1982)

Da mesma forma ocorre nas ações práticas da produção, seja na plantação e colheita do arroz, nos processos de certificação ou no momento de tomar um chimarrão com os vizinhos. Ou na feira interagindo com dezenas de pessoas que além de comprar o arroz querem saber da luta pela reforma agrária e sobre a agroecologia. De maneira que a coleta de dados ocorre grande parte na prática do dia a dia, na interação rotineira, no movimento das pessoas e das organizações por elas construídas no território. Ao fazer uma escolha, e “[...] a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa” (FREIRE,1982) sempre buscando agir como sujeito histórico e dinâmico questiono permanentemente: “a quem sirvo com a minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática” (FREIRE,1982) A opção neste sentido é pela pauta movimentos sociais populares, principalmente o MST, que através da sua luta de 41 anos transforma sem terras em agentes de sua própria transformação e conseqüentemente do seu entorno. Desta forma, seja na obtenção dos dados e também na análise destes, não há o momento de “desvestir” a camisa da militância e da opção política feita há décadas pelo pesquisador. Assim, realizando a pesquisa junto ao movimento popular,

É possível que certos cientistas sociais do Primeiro Mundo digam que, na medida em que o povo participe em investigações em torno de si mesmo, estaremos estragando ou prejudicando a cientificidade da pesquisa. É que segundo eles, esta presença popular não permite que os achados da pesquisa se apresentem de forma pura. (FREIRE,1982 p.45)

Não é de interesse da classe dominante, leia-se os donos do capital, que a pesquisa seja uma ferramenta de transformação utilizada pelos povos oprimidos. Estrategicamente é muito mais conveniente que passemos infinitas horas em telas aprisionados em alguma rede social das grandes Big Techs. Para tanto, as amarras metodológicas que limitam a utilização da subjetividade do pesquisador servem muito a uma ideologia dominante. Dominar a pesquisa e empoderá-la como ferramenta transformadora de pessoas e de realidades é a grande ambição do

caminho metodológico percorrido do trabalho apresentado. Pessoas e realidades como a do Assentamento Filhos de Sepé, território no qual o pesquisador reside e trabalha, e no qual a pesquisa foi realizada. Denominamos o AFS como território pela sua vasta extensão de terras e águas, o enorme ativo ambiental, sua população e valor agregado da produção inclusive maior do que muitos municípios pequenos do Rio Grande do Sul e do país e que utilizam seus braços e mentes para produzir alimentos.

Esta pesquisa é um convite a uma reflexão que para Machado (2014), deve começar pela desconstrução do saber dominante: “é preciso abandonar as receitas, os dogmas, as verdades indiscutíveis [...], sem preconceitos, com a mente aberta.”

4. REVISÃO DE LITERATURA

Nessa revisão de literatura foram eleitos dois temas centrais que permearam a pesquisa: a Agroecologia com ênfase na transição agroecológica e as Políticas Públicas, com atenção às de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Neste cenário, buscamos reunir alguns (des) entendimentos relacionados a ambos os temas, com o intuito de fornecer suporte às reflexões que emergem deste trabalho de conclusão de curso. Este arcabouço conceitual, que representa nosso conjunto de referências teóricas, fundamentou tanto o diálogo quanto a análise das informações obtidas durante a pesquisa. Adicionalmente, permitiu estabelecer relações entre a prática das famílias sobre a produção de alimentos em sistemas de produção sustentáveis para atender as políticas públicas existentes.

Não há a menor pretensão de esgotar a discussão sobre as diversas abordagens conceituais e filosóficas que existem na literatura a respeito dos temas mencionados. Limitamo-nos humildemente a apresentar algumas ideias que apresentam maior afinidade com os objetivos desta pesquisa.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: O ACESSO À TERRA, AO CRÉDITO E AO MERCADO.

Partimos da compreensão de que Políticas Públicas são um conjunto de ações construídas e implementadas pelo Estado em conexão com a sociedade, com

patamares variáveis de participação e poder de ambos (Jean-François, apud in Sabatier e Jenkins-Smith, 1999; Kingdon, 1984). Complementa essa definição o autor Secchi (2014) que Política Pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [e] possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. O processo de elaboração das políticas públicas, segundo este autor “tende a ser apresentado como uma “linha evolutiva”, que se inicia com a agenda, passa pela formulação, implementação, e chega ao processo de avaliação e extinção”.

Ao que se refere às ações do estado brasileiro em relação às políticas para a agricultura, Porto (2014) salienta que já no século XIX houve ações para garantia de preço e controle de estoque da produção. Estas ações futuramente se traduziram em atos normativos, com ação regulatória do Estado sobre o setor privado e com a criação de órgãos governamentais, entre as décadas de 1940 a 1970, voltados a pesquisa, financiamento, fomento, abastecimento, armazenagem, assistência técnica e extensão rural, entre outras atividades relativas ao setor agrícola. São exemplos: EMATER, EMBRAPA, CONAB, Crédito Rural em diversas agências (BNDES, BRDE, BNCC, etc.)

Neste contexto da Política Pública, a Reforma Agrária é uma importante ação do estado para a agricultura familiar, sendo necessário para esta pesquisa desenvolver o tema, mesmo que brevemente, devido a origem do público pesquisado que é beneficiário direto dessa política. No Rio Grande do Sul a primeira experiência de Reforma Agrária popularmente conhecida é a do Banhado do Colégio, no município de Camaquã, à época realizada pelo governador Leonel Brizola, na década de 1960. Na mesma década em Viamão foi realizado um assentamento na comunidade de Itapuã, motivado pela mobilização de agricultores Sem Terra que tiveram a época como uma de suas lideranças Tapyr Tabajara Canto da Rocha, que mais tarde se elegeu vereador, prefeito de Viamão e deputado estadual.

No Brasil, o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a organização camponesa de luta pela reforma agrária mais longeva da história. Com 41 anos de existência, organizado em todo o território nacional, compreende que mais do que ser uma Política Pública que beneficia o público do campo, a reforma

agrária deva ser popular, rompendo com a concentração das terras no país que é a mais alta do mundo, sendo uma das principais causas da desigualdade social.

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo e onde estão os maiores latifúndios. Essa concentração passou a existir desde o período colonial, no século XVI, onde foi dado o início da exploração agrária a partir da monocultura para exportação sustentada pelo trabalho escravo. Dessa forma, o domínio das terras brasileiras por parte de colonizadores, estabeleceu as raízes da desigualdade social que perdura até hoje no país. (MST – PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR, 2025)

Dados do censo agropecuário do IBGE (2017) demonstram que cerca de 1% dos proprietários de terras controlam quase 50% da área rural do país. Em contrapartida, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares¹⁴ representam metade das propriedades rurais, mas representam apenas 2% da área total.

Conforme a constituição federal de 1988, Art. 186:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: **I** - aproveitamento racional e adequado; **II** - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; **III** - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; **IV** - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, C.F.1988).

Para o MST, “é preciso estabelecer um limite máximo quanto ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional”. Todas as famílias assentadas, todas as áreas desapropriadas no país em todos estes anos de ações da política de reforma agrária não alteraram o mapa da concentração da propriedade da terra e conseqüentemente as relações de poder.

Dentre os sete principais pontos do projeto de reforma agrária popular, a proposta do modelo de produção necessita ter por base:

“Produzir alimentos com o povo e para o povo, cultivando ambientes sustentáveis com produção saudável, preferencialmente, a partir de técnicas agroecológicas, livres de agrotóxicos e sementes transgênicas. Desenvolver a produção e as relações sociais, garantindo a permanência no campo por meio de formas de trabalho e renda a partir das associações, cooperativas e agroindústrias”. (MST – PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR, 2025)

¹⁴ Um hectare tem a dimensão de 100 metros quadrados, equivalente a um campo de futebol.

Para o Movimento, os assentamentos de reforma agrária, por serem oriundos do processo de luta pela descentralização e libertação da terra das garras do latifúndio, são solo fértil para a implantação de modelos de produção sustentáveis alicerçados na agroecologia, um processo que não ocorre por decretos.

“Há um conjunto de condições mais amplas a ser construído pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade [...]” (Embrapa, 2006). O plano de Reforma Agrária Popular do MST traz a compreensão de que não apenas os camponeses devem fazer a luta, bem como não deve recair apenas sobre eles as consequências do modelo de produção adotado. Ações em todos os níveis devem ser adotadas

[...] tais como a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infraestruturas, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. A transição interna aos sistemas de produção não teria sentido sem uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento. Políticas de crédito e extensão rural, pesquisa agropecuária e florestal e reforma agrária são condições fundamentais para avançar à sustentabilidade plena e duradoura.” (EMBRAPA - 2006).

Em meados dos anos 1990, depois de muita luta e pressão dos movimentos sociais populares e sindicatos do campo foi criado pelo governo federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o propósito de fornecer crédito subsidiado como:

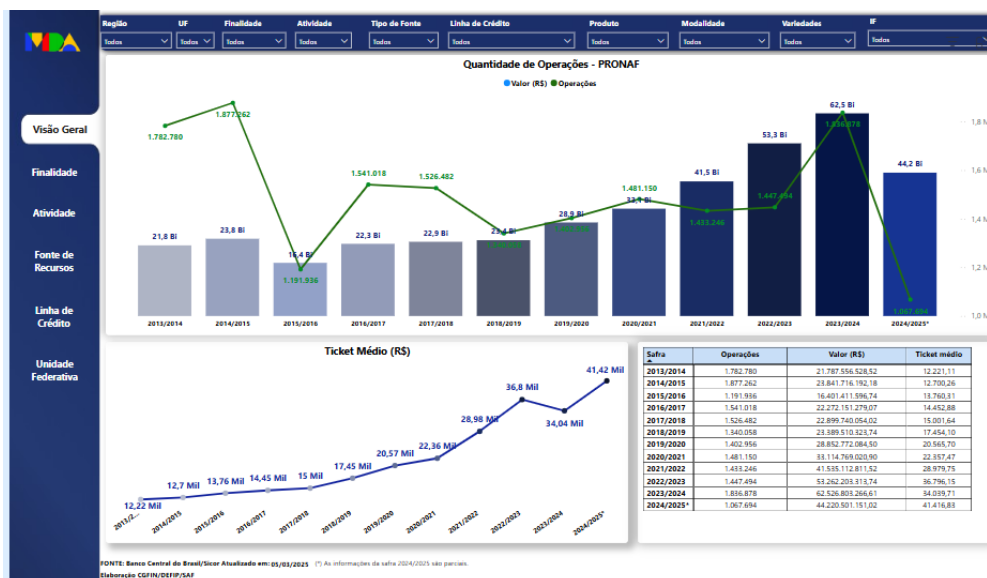
“financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar”. BNDES (2025)

Para atender todas essas frentes citadas acima, o governo criou subcategorias no PRONAF no intuito de facilitar o acesso ao crédito, entre as quais citamos: custeio, agroindústria, agroecologia, mulher, bioeconomia, mais alimento, jovem, microcrédito (categoria B), cota-partes, etc. BNDES, (2025).

Segundo Grisa e; Schneider (2014) o PRONAF se constituiu na principal política agrícola para a agricultura familiar (em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados), mantendo essa posição nas décadas subsequentes,

com significativa ampliação do volume total de recursos investidos em suas operações, a partir de 2003 (NIEDERLE, 2019). O gráfico 01 demonstra a evolução das operações e valores destinados ao programa do ano de 2013/14 à 2024/25.

Gráfico 01: Quantidade de Operações e valores do PRONAF dos anos de 2013/14 a 2024/25



Fonte: Banco Central do Brasil/Sicor Atualizado em 03/03/2023. Elaboração CGFIN/SAF¹⁵

O PRONAF objetivou a criação de condições de acesso ao crédito para a categoria de “agricultor familiar” denominada assim a partir da lei 11.326/06, sendo este aquele que pratica atividades no meio rural, seguindo uma série de critérios. Segundo a lei a expressão agricultor familiar engloba além de pequenos agricultores familiares as categorias de assentados da Reforma Agrária, silvicultores, aquicultores, pescadores, extrativistas, povos indígenas, e comunidades remanescentes de quilombos. (Lei 11.326/06, PDF).

No ano de 2003, o governo federal, do então presidente Lula, realizou uma série de ações para enfrentar o tema da segurança alimentar e nutricional objetivando a eliminação da fome no Brasil. As ações inseridas e articuladas ao Projeto Fome Zero contavam com políticas de acesso à alimentação, políticas de geração de renda, ações de fortalecimento da agricultura familiar e ampliação da

¹⁵<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWJlNWRhN2JkOTUtYzcxMC00MWZkLWUwMzctYTUkNGQ2NWUzNGJlIiwidCI6IjYwYjYzMTk0LTAwNTgtNDE4YS04MzZM> acesso em 03/04/2025

oferta de alimentos básicos e ainda instrumentos de mobilização, articulação e controle social (Lopes,M; Fornazier ,A; Centro de Excelência contra a Fome- 2017).

Já as compras públicas de alimentos da agricultura familiar passam a ser implementadas a partir da criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Lei 10.696/2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja origem remonta aos anos de 1950, alterado pela lei 11.947 de 2009 garantindo um mercado para os agricultores familiares e suas organizações de no mínimo 30 % dos valores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados a aquisição de alimentos repassados aos estados e municípios.¹⁶

Grisa e; Schneider (2014) ressalta que:

“[...] estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/ regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc.” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.139)

Dentre inúmeras ações do governo federal para a agricultura familiar está o decreto Nº 7.794 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO,

“[...] com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”. (Brasil, 2012)

4.2 AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Na atualidade a palavra Agroecologia tem sido vinculada a várias dimensões e conceitos às vezes com equívocos, como a corrente que a entende como um nicho de mercado e ou uma forma de manejo dos recursos naturais para preservação do meio ambiente que hoje está totalmente contaminado e sendo destruído pela ação do agronegócio, fruto da chamada Revolução Verde¹⁷.

¹⁶ Destinamos na sequência um capítulo para o detalhamento da lei 10.696/13 e lei 11.947/09

¹⁷ Por “revolução verde”, inspirada pela FAO e pelo Banco Mundial (Londres, 2011), se entende o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos “tratos culturais” e pôr em prática a tríade capitalista: tempo, custo e lucro. Machado (2014).

Conforme Caporal (2004) tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, simplesmente em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

Machado (2014), por sua vez traz o conceito da

“agroecologia como um método, um processo de produção agrícola-animal e vegetal- que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, **em qualquer escala.**” Grifo do autor (MACHADO, 2014, p.36)

O mesmo autor nos alerta sobre o uso da Agroecologia com uma conotação de panaceia, “os pequenos”, os “familiares”, fazendo culto ao trabalho físico e às tecnologias ancestrais, ou rústicas, como enxada e arado de boi. Chega-se a proscrever o trator, pois a junta de boi é mais “ecológica”. E mais, “é preciso esclarecer que não se pode confundir essa solidariedade humana, política, com o paradigma para a produção de alimentos para a humanidade.”

A palavra agroecologia agasalha as mais diversas acepções e suscita uma infundável discussão epistemológica, que não leva a lugar nenhum, mas que predomina em muitos ambientes e publicações. Embora, até mesmo com sincera intenção de se contrapor ao agronegócio, na prática terminam por beneficiar porque seus atores, geralmente bem intencionados e bem articulados, capazes, e até cultos, ao invés de discuti-lo, acabam desviando sua ação, sua rebeldia e sua energia no proselitismo de uma falsa solução. (MACHADO, 2014, p.36)

Segundo Gliessman (2000), “a Agroecologia proporciona conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável.” Diante disso, entendemos que agroecologia é uma ciência transdisciplinar capaz de oferecer ferramentas que podem contribuir para minimizar os impactos ambientais gerados pela agricultura convencional e, ao mesmo tempo, orientar estratégias para um desenvolvimento socialmente mais apropriado e que preserve a biodiversidade e a diversidade sociocultural (CAPORAL, 2013).

Ainda segundo Machado (2014), “a agroecologia como nós a compreendemos, dispõe dos conhecimentos para superar a monocultura e a quebra

da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio”. Para o autor, é através da prática da agroecologia, e não apenas da discussão teórica e da ação do movimento que se “pode resgatar a cidadania dos pequenos” e “produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente com outros métodos”.

Sob essa ótica, para Caporal (2013) a Agroecologia se apresenta como uma ciência voltada para um futuro mais sustentável. Dando sequência, Gliessman (2000) complementa que a sustentabilidade é alcançada através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte. A partir desta base, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar.

Costabeber (1998) nos alerta que a mudança de postura e valores é fundamental e necessária para alterar as relações de exploração entre homens e estes com a natureza. Esta mudança de postura e valores é necessária para evoluir como parte da transição. A eficiência neste caso não deveria ser medida exclusivamente por números, o que é predominante de maneira geral ao se fazer comparações economicistas em relação aos modelos produtivos. O manejo ecológico, produtivo do agroecossistema¹⁸ é apenas um dos aspectos a serem observados.

“Por se tratar de um processo social, implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. Por incluir considerações de natureza diversa (perspectiva multidimensional da sustentabilidade), não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico.” (COSTABEBER, 1998 p. 49).

Para Gliessman (2000), a abordagem agroecológica pode ser determinada como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e

¹⁸ Os agroecossistemas podem ser definidos como todo espaço modificado pelo ser humano, com o objetivo principal de produção de, ao menos, uma produção agrícola, levando em consideração as plantas, os animais domesticados, os elementos bióticos e abióticos do solo, a rede de drenagem que corta o lote, e as áreas subordinadas para a vegetação originária e vida silvestre.

ampliação de novos saberes socioambientais, subsidiando de forma permanente, o processo de transição agroecológica.

Durante o estudo sobre os processos de transição agroecológica, percebemos que os sistemas de produção visam romper com os modelos convencionais e ou predominantes para avançar em direção a sistemas agroalimentares mais sustentáveis e que priorizam a preservação ambiental. Para o autor: “a agroecologia é uma forma de redesenhar os sistemas alimentares, do campo à mesa, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade ecológica, econômica e social.”

No processo de transição Gliessman (2000) sintetiza cinco níveis que o produtor pode seguir para alcançar a sustentabilidade. Resumidamente os níveis são:

Nível 1- redução e racionalização de produtos químicos;

Nível 2- substituição de insumos;

Nível 3- Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos.

Os níveis 4 e 5 são externos:

Nível 4 trata-se de “...reestabelecer uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam nossa comida e aqueles que a consomem”...

Nível 5 fala “[...] de construir um novo sistema alimentar global, baseado na equidade, participação, democracia e justiça, que não seja apenas sustentável, mas que ajude a restaurar e proteger os sistemas de apoio à vida da Terra dos quais todos dependemos.

Outro ponto essencial é entender que a transição agroecológica não ocorrerá de maneira linear, seguindo um passo após o outro na sequência apresentada, mas sim que existe uma dialética entre progressos e retrocessos, característica dos processos de transformação social (EMBRAPA, 2006). Agroecossistemas são complexos, assim como são complexas as ações e as relações humanas. Uma vez iniciada a transição, esta depende de inúmeros fatores, ambientais, econômicos, organizativos e ideológicos.


“Sua implementação não deve seguir a lógica dos “pacotes tecnológicos”, mas precisa ocorrer de forma descentralizada e localizada, respeitando as características peculiares a cada agroecossistema, sendo guiada por aqueles que percebem a Agroecologia não só como uma forma produtiva, mas sim como um meio de vida”. (BRACAGIOLI, 2003, apud PREISS, 2013. p. 32).

Esta transição não se apresenta apenas em uma direção e da mesma forma não ocorre em todos os estágios produtivos na mesma velocidade com a apropriação de técnicas e adequação das condições estruturais. Ao mesmo tempo, a transição como mudança não apenas da prática, mas fundamentalmente da ideologia, caminha por estágios muito distintos, seja no âmbito dos conflitos individuais, familiares e da comunidade.

5. O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, A REFORMA AGRÁRIA E O MEIO AMBIENTE

O Assentamento Filhos de Sepé foi criado oficialmente, pelo ato 82 em 14/12/1998, com uma área de 9478,9 hectares com capacidade para abrigar 375 famílias, conforme destacado na figura 1

Figura 1: Projetos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul

 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA <small>DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT</small> <small>COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA</small>											<small>Sistema: SIPRA</small> <small>Fonte: SDM</small> <small>Usuário:</small> <small>Relatório: Rel_0227</small> <small>Data: 16/04/2021</small>	
Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação <small>Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 Até 16/04/2021</small>												
Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção		
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SR (11)												
UF: RS												
RS0092000	PA SANTA ROSA	TUPANCIRETA	2.124,0000	139	125	05	POR	83	14/12/1998	Desapropria	22/07/1998	
RS0093000	PA CAPIVARA	SANTANA DO LIVRAMENTO	693,8513	26	23	05	POR	74	23/11/1998	Desapropria	22/07/1998	
RS0094000	PA GUARÁ	ENCRUZILHADA DO SUL	470,8354	16	14	05	POR	41	19/04/1999	Desapropria	26/03/1998	
RS0095000	PA INVERNADA	TUPANCIRETA	609,8440	27	25	05	POR	77	23/11/1998	Desapropria	22/07/1998	
RS0096000	PA SANTA RITA DE CÁSSIA	HERVAL	664,0000	21	19	05	POR	73	23/11/1998	Desapropria	26/08/1998	
RS0097000	PA CAMBUCHIM	SÃO BORJA	600,6300	30	28	05	POR	82	14/12/1998	Desapropria	18/11/1998	
RS0098000	PA ARROIO DAS PEDRAS	CANGUCU	1.286,0000	49	42	05	POR	75	23/11/1998	Desapropria	22/07/1998	
RS0099000	PA VIAMÃO	VIAMÃO	9.478,9000	375	362	05	POR	81	14/12/1998	Compra e	07/12/1998	
RS0100000	PA CANDIÓTA	PEDRAS ALTAS	512,0000	32	28	05	POR	40	27/01/1999	Desapropria	07/12/1998	
RS0101000	PA PADRE REUS	ENCRUZILHADA DO SUL	1.310,0000	40	35	05	POR	84	14/12/1998	Desapropria	29/09/1998	
RS0102000	PA SANTA RITA III	HERVAL	956,5805	29	27	05	POR	80	17/12/1998	Desapropria	25/09/1998	
RS0103000	PA PAMPEIRO	SANTANA DO LIVRAMENTO	1.338,8141	50	38	05	POR	85	17/12/1998	Desapropria	12/11/1998	
RS0104000	PA NHANDU	PEDRO OSORIO	500,0000	24	24	05	POR	02	27/01/1999	Desapropria	27/11/1998	
RS0105000	PA CAMPOS DO PONTÃO	SÃO LUIZ GONZAGA	899,9540	41	31	05	POR	38	27/01/1999	Desapropria	07/12/1998	
RS0107000	PA SANTO IZIDRO	BOA VISTA DO INCRA	395,0000	28	28	05	POR	42	19/10/1999	Desapropria	19/03/1999	
RS0108000	PA SÃO JOÃO	BOSSOROCA	937,0000	36	36	05	POR	48	19/10/1999	Desapropria	05/08/1998	
RS0109000	PA ESTIVA	ARROIO GRANDE	186,0314	7	7	05	POR	44	19/10/1999	Desapropria	02/12/1997	
RS0110000	PA SÃO SEBASTIÃO	SÃO LUIZ GONZAGA	958,1081	50	48	05	POR	43	19/10/1999	Desapropria	29/09/1998	
RS0111000	PA POTREIRO DA TORRE	ARROIO GRANDE	261,1803	12	12	05	POR	92	09/11/1999	Desapropria	19/01/1999	
RS0112000	PA SANTA JÚLIA	JULIO DE CASTILHOS	1.156,0000	70	60	05	POR	49	19/10/1999	Desapropria	21/06/1999	
RS0113000	PA CERRITO	CERRITO	320,0000	12	11	05	POR	45	21/10/1999	Desapropria	13/05/1999	
RS0114000	PA SANTA INÊS	PEDRAS ALTAS	617,5649	22	17	05	POR	103	03/12/1999	Desapropria	21/06/1999	
RS0115000	PA SÃO FRANCISCO II	TUPANCIRETA	420,5668	22	22	05	POR	111	30/12/1999	Compra e	23/11/1999	
RS0116000	PA SANTA MARIA	MANOEL VIANA	6.118,4859	227	211	05	POR	104	03/12/1999	Compra e	06/10/1999	
RS0117000	PA REGINA	PEDRAS ALTAS	1.692,9866	70	63	05	POR	107	21/12/1999	Compra e	06/10/1999	
RS0118000	PA SANTO IZIDRO II	BOA VISTA DO INCRA	125,3189	7	7	05	POR	16	31/07/2000	Desapropria	08/02/2000	
RS0119000	PA SANTANA	ARROIO GRANDE	1.068,6875	38	36	05	POR	44	30/08/2000	Desapropria	16/12/1999	
RS0120000	PA PRIMAVERA	BOSSOROCA	1.381,0600	82	72	05	POR	17	20/04/2001	Desapropria	04/10/2000	
RS0121000	PA PITANGUEIRAS	CANGUCU	539,0000	23	20	05	POR	30	17/07/2001	Desapropria	03/05/2000	
RS0122000	PA QUIQUO	CANGUCU	293,2000	11	6	05	POR	29	17/07/2001	Desapropria	03/05/2000	

Fonte: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf\(2024\)](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf(2024))

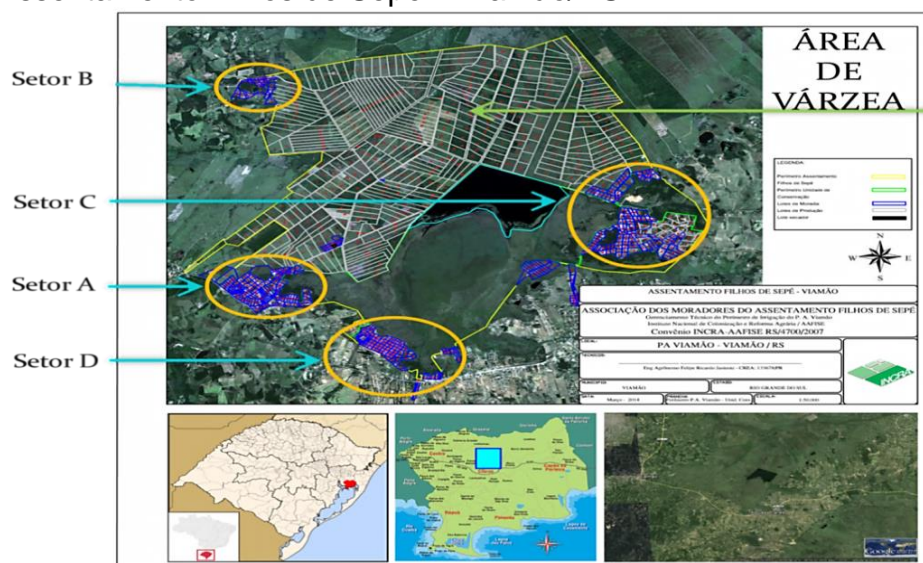
É de longe o maior assentamento do estado, respondendo por 3,2 % da área total destinada à reforma agrária no Rio Grande do Sul e por 2,7 % do total de

famílias assentadas em projetos de reforma agrária desde o ano de 1900. Segundo dados do censo do IBGE de 2022, residem no AFS autodeclarados 2014 pessoas.

As famílias originalmente assentadas no AFS vieram de três acampamentos diferentes vinculados ao MST. Segundo conta Leonildo Zang, liderança dos acampamentos e também do assentamento, o maior número de famílias veio do acampamento de Santo Antônio das Missões, originado em janeiro de 1997. Também foram assentadas no AFS famílias oriundas do acampamento do Palmeirão originado em dezembro de 1995 e um grupo de famílias do acampamento de Viamão iniciado no ano de 1998.

A figura 2 nos permite observar a complexidade da distribuição das áreas do Assentamento Filhos de Sepé (AFS). As moradias se localizam nas áreas de solos secos, mais altos, também chamados de coxilhas. Os lotes de plantio, na grande maioria, são distantes das áreas de moradia, havendo casos de mais de 15 Km de distância. Existe grande complexidade para organizar a produção. Dessa forma os arranjos produtivos que se constituíram nos 26 anos de história do assentamento são inúmeros, dos mais simples aos mais complexos, passando por pequenos grupos de parceria para troca de serviços até a complexa estrutura industrial da cooperativa local.

Figura 2: Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS



Fonte: *Integração lavoura pecuária* (2018)

O AFS está localizado no Município de Viamão que foi fundado em 14 de setembro de 1741. Conforme indica o site da prefeitura do município, Viamão

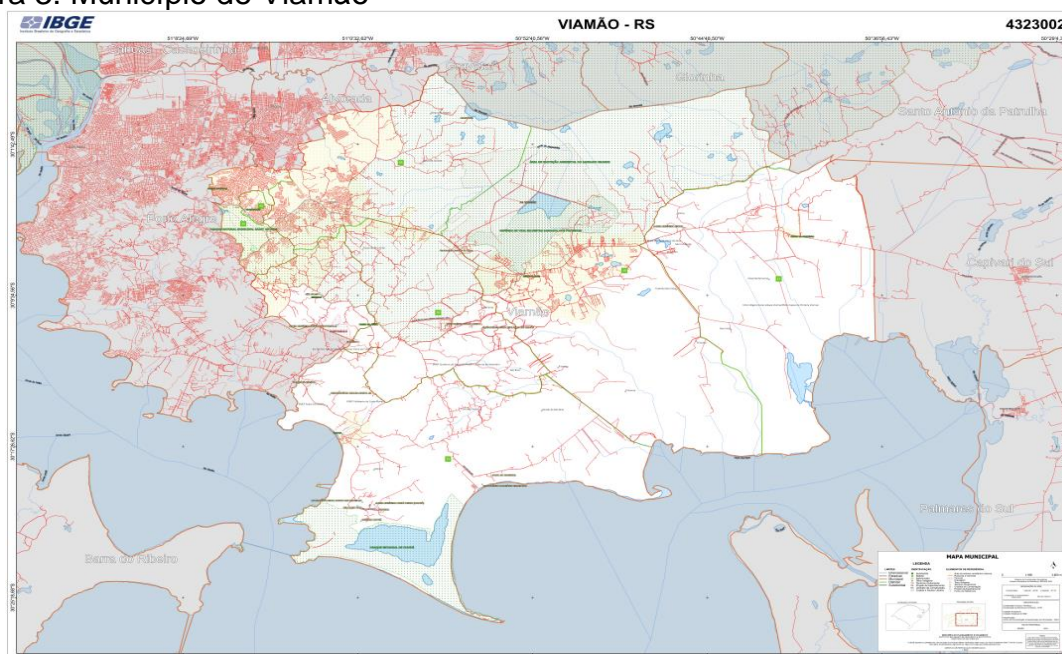
Localiza-se a 25 quilômetros de Porto Alegre. A altitude no Centro é de 111 metros. O perímetro é de 227 quilômetros, sendo 110 quilômetros de margem para o lago Guaíba e para a lagoa do Casamento. Tem um clima subtropical, com verões quentes e invernos frios, com chuvas bem distribuídas ao longo dos meses do ano. As temperaturas podem chegar a 40 °C e 0 °C. O relevo tem morros em parte do município e planícies ao norte e ao sul. (VIAMÃO – HISTÓRIA – PORTAL DE SERVIÇOS, 2025)

Com 232.113 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2024 tem densidade demográfica de 149,76 habitantes por quilômetro quadrado. (IBGE - População no último censo: Atualizado em 22/12/2023).

Na educação, segundo dados do IBGE, o município apresenta números de baixo desempenho.

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 95,9%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 454 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4637 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,4 e para os anos finais, de 4,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 395 e 406 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3587 e 3848 de 5570. (IBGE, 2023).

Figura 3: Município de Viamão



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/panorama> .

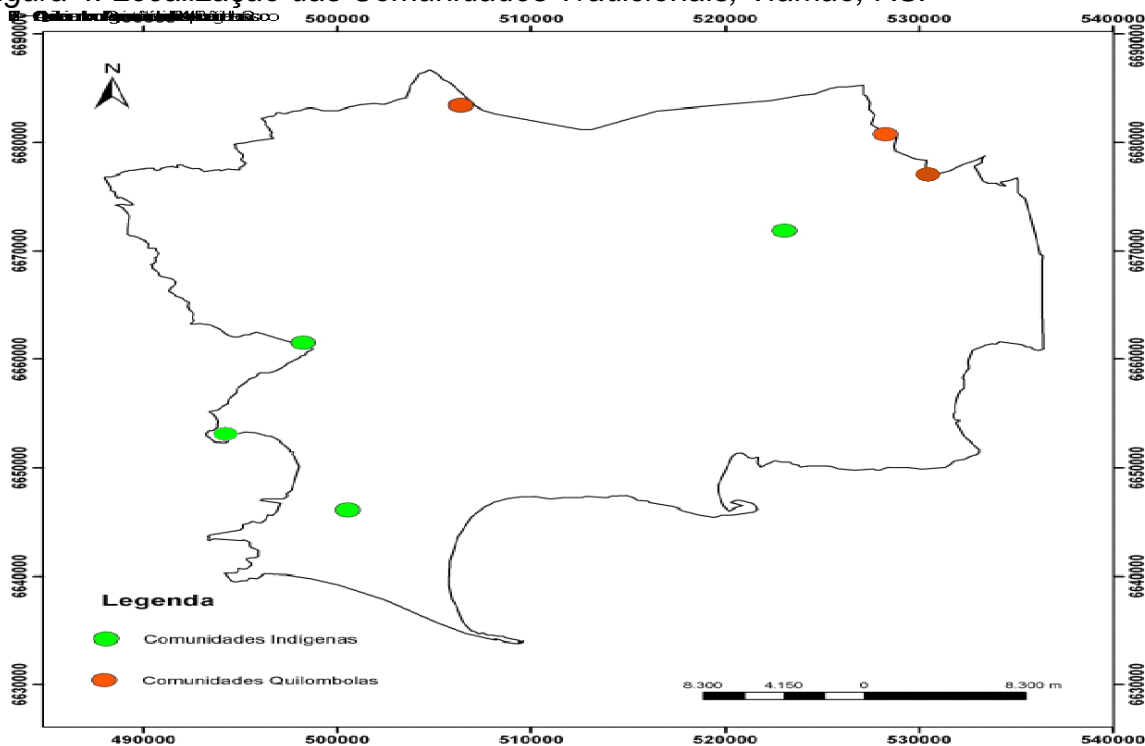
Na economia, o município tem no comércio e serviços sua principal atividade. Viamão, historicamente é conhecida como cidade dormitório, devido ao fato de

grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras se deslocarem a outros municípios, principalmente Porto Alegre para trabalharem. Os dados do IBGE mostram que,

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 16.846,27. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 495 de 497 entre os municípios do estado e nas 3504 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 67,66%, o que o colocava na posição 409 de 497 entre os municípios do estado e na 4762 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 813.886.867,98 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 776.855.270 (x1000). Isso deixa o município nas posições 12 e 13 de 497 entre os municípios do estado e na 199 e 202 de 5570 entre todos os municípios. (IBGE, 2023).

O município tem em seu território, além do AFS, importantes núcleos de povos tradicionais, como demonstra a figura (4) a seguir.

Figura 4. Localização das Comunidades Tradicionais, Viamão, RS.



Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

5.1 – OS SOLOS, A ÁGUA E O MEIO AMBIENTE

No AFS são encontrados nas áreas de moradia – lotes “altos”, fundamentalmente, Argissolos Distróficos arênicos vermelhos. Estes solos

representam aproximadamente 20% da área total do assentamento¹⁹. Por serem de características distintas dos solos de origem da maioria das famílias, o solo da área de moradia foi desprezado por muito tempo. Leonildo Zang conta que “podia colocar um caminhão de adubo num ano e no outro ano parecia que não tinha nada.” Participando de formações e cursos sobre a agroecologia ele nos conta que aprendeu que este solo precisa estar sempre coberto, protegido e revolvê-lo quase nunca. Para Leonildo “é o melhor solo que tem, mas tem que cobrir com muito mato e cuidar”. A figura 5 mostra a produção atual de uvas, resultado do manejo de agroecológico com enfoque na cobertura e proteção do solo.

Figura 5: Produção de uvas no AFS



Fonte: autoria própria, 2024.

A escolha por organizar as moradias nas coxilhas foi muito importante. Vejamos a imagem do período das inundações de maio de 2024. A figura 6 mostra a mancha de inundação vinda até os arredores da barragem. Se moradias estivessem localizadas na várzea seriam provavelmente atingidas. Assim, nenhuma família teve que se retirar de sua residência, mesmo com todo o volume de chuvas ocorridos no período.

¹⁹ Relatório Parcial IPH – UFRGS (documento interno – não publicado)

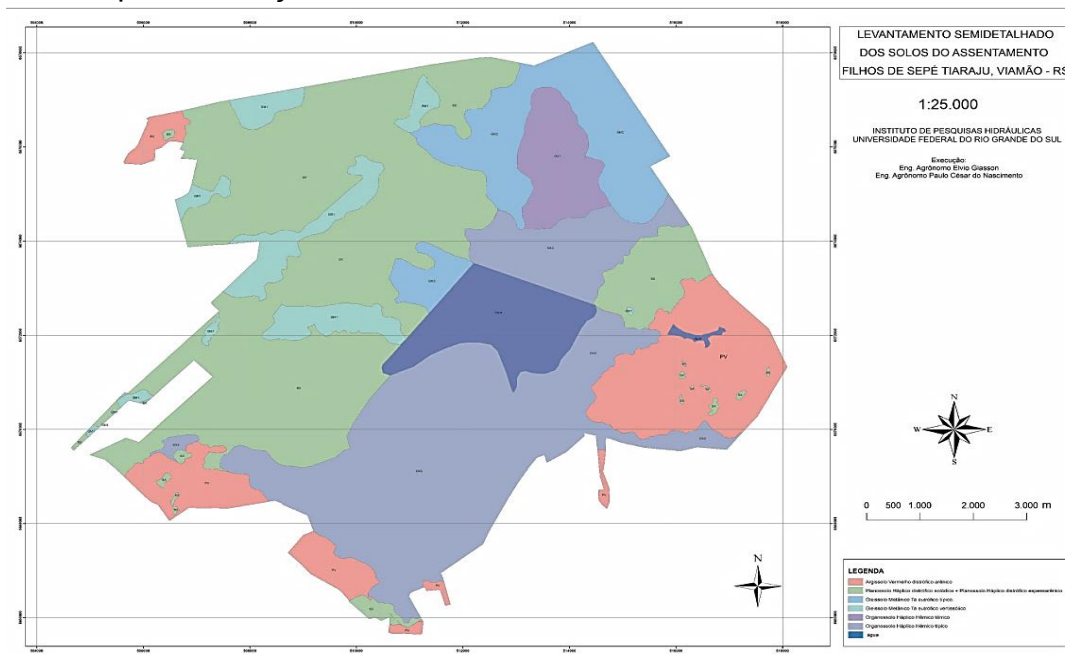
Figura 6: Mancha de inundação enchentes maio de 2024



Fonte: google Earth, com marcações do autor.

Nas áreas de várzea se encontram três ordens de solos: Planossolo Háplico distrófico; Gleissolo Melânico Ta eutrófico e Organossolo Háplico hêmico como se apresentam na figura 7.

Figura 7: Mapa distribuição dos solos no AFS



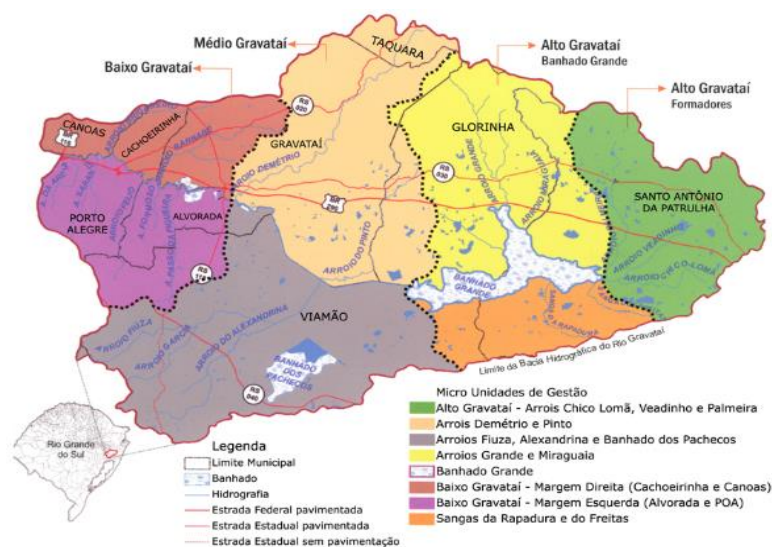
Fonte: Plano de trabalho da Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé.

Os Planossolos, no quarto nível categórico, dividem-se em solódicos e espessarênicos. Os Gleissolos dividem-se, também no quarto nível categórico em

típicos e vertisólicos e por fim, os Organossolos, em térico e típico (Plano de trabalho AAFISE - 2014).

O território do AFS está integralmente inserido na bacia hidrográfica do Rio Gravataí, como demonstra a (figura 8).

Figura 8: Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí



Fonte: Plano de manejo da Bacia Hidrográfica Rio Gravataí, 2012.

As águas no AFS formam o Sistema Hidrológico das Águas Claras, que compreende um complexo de estruturas hídricas que se inter-relacionam entre si e está à jusante do Rio Gravataí. Esta formação possui estruturas naturais formadas ao longo de milhares de anos e estruturas construídas através de projetos de engenharia com o objetivo de permitir a gestão humana sobre os recursos hídricos de modo que a superfície pudesse ser destinada a outros fins, como atividade agrícola, por exemplo. (Plano de trabalho AAFISE - 2014)

Dentre as principais estruturas deste sistema estão o Aquífero das Águas Claras, o Banhado dos Pachecos, a Barragem das Águas Claras e um conjunto de canais de escoamento de água que foram concebidos a partir de um plano de direcionamento das águas de acordo com a necessidade do seu uso podendo ser reservação, irrigação ou até mesmo drenagem para o leito do Rio Gravataí. Nos anos 60, 70 e 80 estas obras foram incentivadas pelo poder público através do DNOS com o objetivo de ocupação das áreas de várzea para cultivo agrícola. (Plano de trabalho AAFISE - 2014)

Figura 9: Barragem do Assentamento Filhos de Sepé



Fonte: arquivo do autor

A barragem das águas claras é o principal corpo hídrico não natural deste sistema. Construída nos anos 80 esta estrutura foi idealizada com o objetivo de manter as águas das nascentes em cotas altas permitindo o uso desta para irrigação de arroz. (Termo de cooperação AAFISE/INCRA – 2023) Tem capacidade de reservação hídrica de 16.277.750 (dezesesseis milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta) metros cúbicos, com uma área alagada de aproximadamente 495 hectares (Termo de cooperação AAFISE/INCRA – 2023). Hoje a barragem representa o principal ativo de reservação de água da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, podendo cumprir um papel estratégico para segurança hídrica da bacia. Segundo Edivane Portela²⁰, este papel é particularmente importante considerando três aspectos:

1° da regulação ambiental – a manutenção da cota mínima de 11 metros acima do nível do mar oferece segurança ao banhado mantendo-o úmido e assim diminuindo sensivelmente o risco de haver incêndios na área da Unidade de Conservação, conforme já observados em anos anteriores, ou seja, a manutenção desta cota é vital para a qualidade ambiental da unidade de conservação Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos;

²⁰ Engenheiro Agrônomo, servidor do IRGA, morador do AFS, membro da direção da AAFISE.

2° do abastecimento público – Conforme o monitoramento realizado pelo CBHRG, em dezembro de 2022 o nível do Rio estava em 0,64 cm, situação muito crítica para a segurança hídrica da região. Isso levou o governo do estado a autorizar a Corsan de forma emergencial a realizar a limpeza do canal DNOS, que liga a barragem ao Rio e estava assoreado e coberto de vegetação²¹. Com a limpeza as águas da barragem chegaram de imediato ao rio, elevando o nível e garantindo o abastecimento. É fundamental tratar deste tema subsequente para que em uma nova crise se possa ter uma resposta mais eficiente e com menor custo. Importante compreender neste caso é que não se discute se haverá nova crise, a questão é quando ela irá ocorrer;

3° do socioeconômico – como referido anteriormente, quando da sua concepção, o barramento tinha o objetivo de reservar água para utilização na irrigação de arroz. Hoje ele é responsável por garantir água para irrigação da maior área contínua de arroz orgânico da América Latina, irrigando 1.600 hectares de arroz, beneficiando as 375 famílias assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Quando da criação do P.A Viamão, a reserva legal foi unificada e concedida através de um termo de cessão de uso do Incra para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) em 21 de fevereiro de 2002(Carta de Concessão de Uso, Arquivo AAFISE, 2002). Conforme a Lei nº 12.651/2012, também conhecida como Código Florestal Brasileiro, a reserva legal deve ser composta por 20 % da propriedade com o objetivo de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, conservar e reabilitar os processos ecológicos, promover a conservação da biodiversidade e abrigar e proteger a fauna silvestre e a flora nativa (Lei nº 12.651/2012). Pelas características da área foi traçado na época um polígono e 2.543,46 hectares foram cedidos a SEMA para a criação através do decreto estadual 41559/2002 (SITE DA SEMA) da Unidade de Conservação Integral Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pacheco (RVSBP). Desta forma, 26,83 % da área total do assentamento passou a ser controlada de forma integral pelos gestores da Unidade de Conservação. De maneira geral as reservas legais permitem uso sustentável da área, sendo ela parte integrante da propriedade, seja individual ou coletiva. Neste caso, sendo unidade de

²¹ A mesma ação se repetiu em fevereiro de 2025 quando o Rio Gravataí chegou a níveis críticos para captação de água.

preservação integral não é possível exercer nem atividades como a apicultura ou prática extrativista, por exemplo.

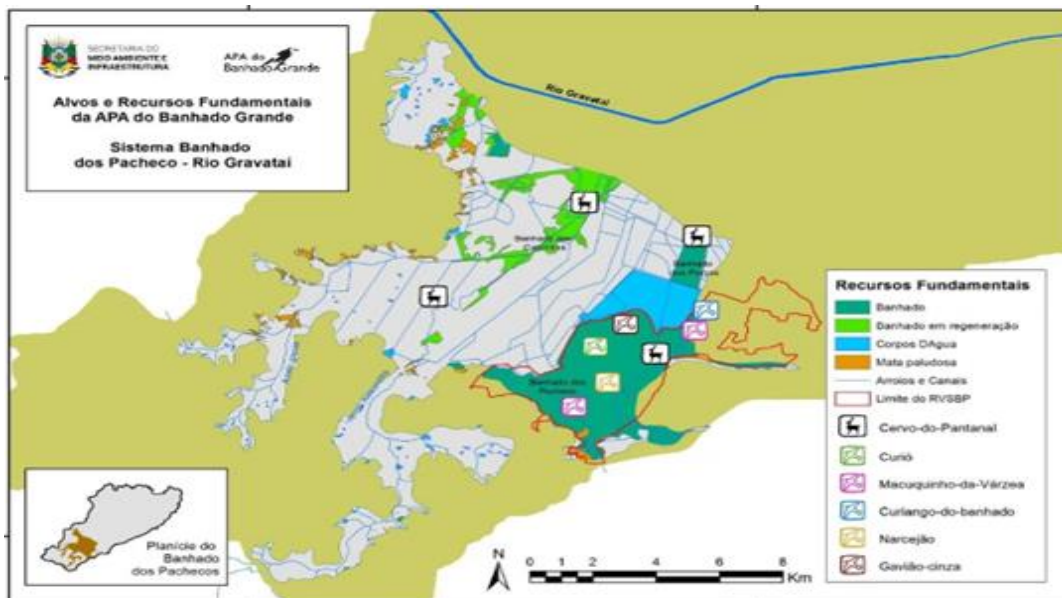
O Banhado dos Pachecos é uma área pantanosa com grande acúmulo de matéria vegetal em decomposição que caracteriza uma turfeira, com vegetação palustre bastante densa. Este banhado constitui um dos últimos refúgios do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) no Rio Grande do Sul. Esta espécie emblemática e criticamente ameaçada no Estado representa um dos alvos de conservação do Refúgio de Vida Silvestre. Dentro dos limites da UC, também se destacam elementos da avifauna como espécies de interesse especial para conservação, a exemplo do veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), guaracavuçu (*Cnemotriccus f. fuscatus*), curiango-do-banhado (*Hydropsalis anomala*) e macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*). Do mesmo modo, os peixes *Cynopoecilus notabilis* e *Listrura depinnai*, endêmicos desta localidade, simbolizam atributos de grandioso interesse para a Unidade. (SEMA, 2025)

Assim como o RVSBP está integralmente localizado no AFS, este por sua vez está integralmente inserido na Área de Proteção do Banhado Grande (APA do Banhado Grande). Criada pelo Decreto Estadual nº 38.971, de 23 de outubro de 1998, segundo o site da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA):

A **Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande** abrange parte dos Biomas Pampa e Mata Atlântica e ocupa 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí. A vegetação original é composta predominantemente de banhados e matas de restinga, sobre os solos arenosos da Coxilha das Lombas, que é uma região de paleodunas remanescente das transgressões e regressões marinhas. Atualmente, a APA possui em seu território áreas urbanas e de atividades agropastoris, predominando o cultivo de arroz. O objetivo da criação da APA é a proteção dos banhados formadores do rio Gravataí (Banhado Grande, Banhado do Chico Lomã e Banhado dos Pachecos), compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos ecossistemas naturais preservados e recuperando as áreas degradadas. Segundo o Plano de Manejo da APA homologado em outubro de 2021, os alvos de conservação desta Unidade (**visto na figura 10**) são: Sistema Banhado Grande rio Gravataí, Sistema Banhado dos Pachecos rio Gravataí, Qualidade e Quantidade de Água, Cervo-do pantanal e Tuco-tuco. (SEMA,2025) grifo nosso.

A figura 10 apresenta a presença importante de alvos de conservação da APA, e também do Refúgio de Vida Silvestre no território do AFS.

Figura 10: Alvos e Recursos Fundamentais da APA do Banhado Grande



Fonte: Plano de Manejo da APABG

A criação da APA tem ligação umbilical com a criação do AFS. Conforme relatos de servidores dos órgãos ambientais nas reuniões de comitês do Rio Gravataí, e também no Conselho da APA, o senhor Renato Ribeiro, então proprietário da Fazenda INCOBRASA obteve informações de que na região se criaria uma Unidade de Conservação Ambiental e que sua propriedade estaria inserida nesta. Mesmo sendo uma Unidade de preservação sustentável, como é a APA do Banhado Grande a propriedade poderia perder valor devido às restrições de uso. Isso explica em parte a oferta feita ao INCRA para a aquisição da fazenda, levando em conta que no período o Instituto era o maior comprador de terras no Brasil. É importante salientar que nunca houve por parte do MST nenhuma ocupação da área. Nenhuma das famílias assentadas fez luta especificamente para a conquista desta terra.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo é dedicado ao detalhamento das principais políticas públicas de aquisição de alimentos que o AFS opera de forma individual ou cooperativa, seus

instrumentos de criação, resoluções que normatizam a sua operacionalidade e volumes de recursos.

6.1 LEI 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009

A aquisição dos alimentos produzidos no AFS por prefeituras e escolas estaduais é possível através da execução da lei 11.947 de 2009, alterada pela lei 14.660/23, que torna obrigatória a aquisição de no mínimo 30% dos alimentos da agricultura familiar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres. (BRASIL, LEI 11.947/09)

A Resolução CD/FNDE Nº 3, de 4 de fevereiro de 2025(diário oficial da união de 06/02/2025) altera o Art. 14, inserindo como grupos prioritários também os grupos formais de mulheres. Para serem considerados grupos formais prioritários é necessário ter a composição de 50% mais um do grupo formal composto pelo público prioritário, por exemplo, mulheres, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas.

A comprovação da condição de agricultor familiar se dá através da emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), emitido, no caso do município de Viamão, pela EMATER.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, Lei 11.326/2006)

A CAF, anteriormente denominada Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), é o documento necessário para o acesso a diferentes políticas públicas para a agricultura familiar, como o Pronaf, por exemplo. É na CAF que está indicada a condição de ser, dentro do conceito de agricultor familiar, ainda assentado da Reforma Agrária, pescador artesanal, silvicultor, indígena, quilombola, etc...

O decreto Nº 9.064 de 31 de maio de 2017 que institui CADASTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF) não apenas altera o nome do instrumento de identificação do agricultor familiar, “ênfatiza uma nova noção – Unidade Familiar de Produção Agrária”. Ainda “mudou a forma de se fazer a política, incluindo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na elaboração do plano safra da agricultura familiar 2017/2018 e 2018/2019, enquanto houve pouco diálogo com movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar”. (Relatório Verde, 2018)

As cooperativas singulares têm emitida a CAF jurídica, que resumidamente é a soma dos associados e associadas do quadro social somados. Considera-se Cooperativa Singular da Agricultura Familiar, apta a ser inscrita no CAF, aquela que:

- possui, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de sócios agricultores familiares vinculados a uma UFPA ativa no CAF.
- tem no mínimo 20 (vinte) membros. (Manual CAF - 2022)

Os grupos formais e informais participam dos processos de aquisição através de dispensa de processo licitatório.

Art. 24 A aquisição dos gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por: I – Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar nos termos do Art. 14 da Lei 11.947/2009 e dos arts. 29 a 49 desta Resolução, sem prejuízo das demais possibilidades de dispensa de licitação previstas na Lei 8.666/1993. (Resolução FNDE 06/2020)

A primeira compra da agricultura familiar da prefeitura de Gravataí em 2010, na região metropolitana de Porto Alegre, foi realizada através de um pregão eletrônico, por exemplo. Muitos gestores, por um longo tempo, questionaram a modalidade de chamamento público alegando receio de, futuramente, haver apontamentos pelo Tribunal de Contas. A lei 14.133/21 trouxe mais clareza sobre a atuação dos agentes públicos frente ao tema: “Art 1º “estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

§ 1º Quando a EEx optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009, a aquisição será feita mediante prévia chamada pública. 14 § 2º Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações. (resolução FNDE 06/2020)

O valor de aquisição dos alimentos é o próprio valor referido na chamada. Não há disputa de preços para declarar o vencedor como ocorre em processos licitatórios tradicionais através da lei de licitações 8.666/93 (alterada pela lei 14.133/21). Os grupos formais e informais participantes, além da documentação comprobatória de regularidade fiscal e tributária e civil, devem entregar em envelope lacrado o seu projeto de venda, contendo os itens ofertados, os preços conforme publicados na chamada pública e os agricultores fornecedores de cada item ofertado. A seleção dos vencedores é realizada da seguinte forma:

Art. 35 Para seleção, os projetos de venda (modelos no Anexo VII) habilitados devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país (resolução FNDE 06/2020).

O processo prioriza os fornecedores locais, assim como os denominados grupos prioritários e a produção orgânica. Cada fornecedor individual tem um limite de venda por ano civil - Art. 39 - O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano/entidade executora. (resolução FNDE 06/2020).

O conceito de alimentação escolar substituiu o de merenda escolar. A alimentação passou a ter papel, além de nutricional, também pedagógico, junto com todos os demais espaços de ensino e aprendizado nas escolas. É papel das Prefeituras municipais e das Secretarias estaduais de educação (SEDUC) a implementação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Art. 17 Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo RT do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da

região e na promoção da alimentação adequada e saudável. (Resolução 06/2020 – FNDE)

O Ministério da Educação repassa valores aos estados e municípios para a execução do programa “Art. 47 O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congêneres, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios.” O programa ficou sem reajuste entre os anos de 2017 e 2022. Nos anos de 2023, 2024 e 2025 os valores foram reajustados. Os valores são repassados conforme os seguintes critérios²²:

Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI): R\$ 2,56. Período Integral (fora do EMTI): R\$ 1,37. Ensino Fundamental e Médio: R\$ 0,50. Pré-Escola: R\$ 0,72. Creches: R\$ 1,37. Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,86 para período parcial e R\$ 1,37 para período integral. Ensino Integral: R\$ 1,37. Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,56. Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contra turno: R\$ 0,68. (Resolução nº 2/2023 - CD/FNDE)

No Rio Grande do Sul em 2022, último ano com dados disponíveis na página do FNDE quando da realização desta pesquisa, foram repassados pela União à SEDUC/S R\$ 59,03 milhões e diretamente aos municípios R\$ 108,36 milhões, um total de R\$ 167,4 milhões. Desta forma, no ano de 2022, no Rio Grande do Sul, o mercado reservado para a agricultura familiar foi de, no mínimo, R\$ 50,20 milhões, o que corresponde a 30% do total dos recursos repassados. (Fonte FNDE).

A estes recursos devemos somar os recursos repassados pelo Governo Estadual, como complementação. No ano de 2022 o Governo Estadual repassou R\$ 136 milhões às escolas estaduais (Fonte SEDUC/RS²³). Há uma informação que não foi possível obter – é sabido que muitos municípios também fazem aportes de recursos para merenda escolar, mas, esta informação não existe de forma consolidada. Fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/RS, mas até este momento não houve retorno. Portanto, o que é possível afirmar é que o total de repasse para merenda escolar no Rio Grande do Sul no ano de 2022 foi

²² Os valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram aumentados em índices que variam entre 28% e 39%, por meio da Resolução CD/FNDE nº 2/2023.

²³ Fonte Seduc RS – disponível em <https://educacao.rs.gov.br/alimentacao-escolar-seduc-rs>.

de cerca de R\$ 303 milhões, um mercado para a agricultura familiar de cerca de no mínimo R\$ 90 milhões.

A construção das chamadas públicas entre os gestores públicos, os agricultores e suas organizações, é muito importante para que a escola e o município obtenham os melhores resultados, entendendo estes como qualidade na alimentação, economicidade e comercialização justa dos alimentos dos agricultores. Conforme Gustavo Zimmermann de Morais²⁴, atual presidente da COPERAV, é realizado trabalho intenso pela cooperativa junto às secretarias de educação dos municípios e das escolas estaduais, principalmente junto aos gestores responsáveis pelas aquisições.

Pelo volume de recursos recebidos, Viamão é desobrigado a comprar de grupos informais. Atualmente apenas a COPERAV atua como grupo formal organizado no município de Viamão.

Em pesquisa no sistema de DAP/CAF do MDA (tabela 01) identificamos um expressivo número de agricultores que não usam mais o instrumento. No município, na data da pesquisa, 320 agricultores estavam aptos a participar de projetos de venda.

Tabela 01: Dados de agricultores familiares cadastrados no sistema do MDA.

AGRICULTORES COM CADASTRO NO SISTEMA DO MDA		
CADASTRADOS	944	100%
CANCELADAS/EXPIRADAS	624	66,10%
DAPS ATIVAS	106	11,22%
CAFs ATIVAS	214	22,66%

Fonte: elaborado a partir de dados de mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP, 2024

6.2 LEI 10696/2003 – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

No ano de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência, a situação da fome e insegurança alimentar no Brasil passou a ser combatida através de programas como o Fome Zero. Segundo os autores Camargo; Baccarin e Silva (2016):

²⁴ Presidente da Coperav e membro da direção da AAFISE. Filho de família assentada no AFS, agricultor, graduado em nutrição.

A fome no Brasil nunca foi consequência da incapacidade do país produzir alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades de sua população, ou de condições adversas de clima, ou mesmo por ter sido assolado por guerras internas ou com outras nações. Mesmo as secas periódicas no Nordeste, responsáveis pelos primeiros ciclos migratórios, não teriam necessidade de matar, como não o fazem hoje, não fosse a seca estar associada ao problema da cerca – que separava a população sertaneja pobre do acesso aos recursos naturais e a mantinha cativa do poder econômico e político dos coronéis. (Camargo; Baccarin e Silva -2016)

Dentre as ações do Fome Zero ao combate à fome destaca-se o programa de compras governamentais da agricultura familiar chamado de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA nasceu em 2003 como um programa intersetorial e interministerial. Intersetorial porque combina uma medida de política agrícola de incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar com o um programa de cunho social que tem como principal objetivo combater o flagelo da fome nos segmentos menos favorecidos da sociedade. A equação é bastante simples: - o governo adquire produtos da agricultura familiar por um o preço compensatório, eliminando a exploração abusiva dos atravessadores, e torna esses alimentos disponíveis para a população seja pela doação direta ou, mais indireta e lentamente, através dos estoques governamentais (Camargo; Baccarin e Silva -2016)

Segundo Cunha; Freitas; Machado (2017) O PAA é visto como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, onde o governo, em níveis federal, estadual ou municipal, compra alimentos de agricultores familiares e distribui para indivíduos em situação de insegurança alimentar por meio de entidades conveniadas (MATTEI et al., 2011).

O programa tem seis modalidades: Compra com Doação Simultânea; Apoio à Formação de Estoques; Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra Institucional; PAA- Leite e Aquisição de Sementes. Os recursos para o PAA são disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e/ou pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que são executados pelos estados e municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em relação aos preços dos produtos são compatíveis com os praticados nos mercados regionais (GOV.BR, 2024).

Trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional. (GRISA; SCHNEIDER; (ORG) 2015 p.163).

O PAA foi criado por meio de lei federal em 2003 para incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, mediante a compra da produção de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. Essas aquisições passaram a ser operadas sem licitação pública, a preços de mercado, com metodologia definida pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA)¹, órgão responsável pelas diretrizes de operacionalização do programa. (WWP, 2016, p.1)

De maneira geral o PAA adquire alimentos de agricultores familiares e os transfere para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os valores de aquisição por unidade familiar são considerados baixos pelos agricultores. O grupo gestor do PAA (GGPAA)²⁵ argumenta que este programa deve ser considerado como uma transição, um impulsionamento para que o agricultor organize a sua produção para atingir outros mercados.

As primeiras aquisições de alimentos do PAA foram realizadas na Fazenda Itamaraty, de assentados da reforma agrária, no estado do Mato Grosso do Sul. Foram iniciadas as operações nas modalidades Compra Direta, Compra Antecipada e PAA-Leite. A Compra Direta com Doação Simultânea passou a ser operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e foram firmados os primeiros convênios para operacionalização da então denominada Compra Direta Local (nos mesmos moldes da Compra com Doação Simultânea, só que operada por estados e municípios). (WWP, 2016, p.2)

A primeira modalidade operada no AFS foi o PAA compra direta em 2006, na época com limite de aquisição por unidade familiar de R\$ 2.500,00. Em 2011, outra modalidade foi operada já enquanto cooperativa chamada de PAA Formação de estoque. Consistia em a Cooperativa apresentar projeto através do sistema da CONAB (comprasnet) apontando todos os agricultores participantes para acessar um recurso antes de colher o alimento em fase de produção. Isto garante à cooperativa a condição de adquirir a safra e aguardar melhores condições de comercialização do produto. É fato que na agricultura o período de menor preço no mercado é o da colheita e do período de pagamento dos empréstimos bancários. A

²⁵ O GGPAA foi composto originalmente pelos Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), da Fazenda (MF), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, posteriormente, contou com a inclusão do Ministério da Educação (MEC).

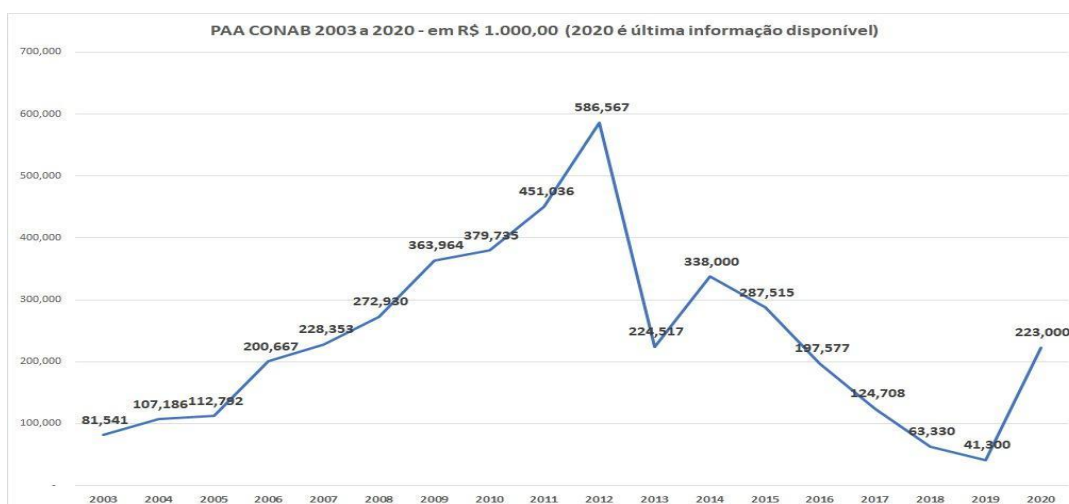
primeira versão desta modalidade também recebia o produto como pagamento dos valores repassados, sendo operado apenas por cooperativas.

Como um programa de soberania alimentar e distribuição de renda sempre foi duramente atacado pelos órgãos de controle do estado. No Paraná, famílias foram presas acusadas de desvio de recursos do PAA e fraude por substituírem alimentos da lista de entrega por outros. Na lista estava alface, e foi substituída por almeirão, por exemplo, porque a alface não estava pronta ou tinha passado do ponto. Hoje, esta substituição é permitida pelo Manual de Operações da Conab (MOC), mas em 2013

“um ex-produtor de fumo, que trocou o tabaco pelo plantio de feijão, milho e hortaliças, sobrevivia à custa de uma área de menos de 1 alqueire e meio, dividida em comodato com o pai. Surpreendeu-se ao perceber que era um dos alvos da Operação Agro Fantasma, destinada a investigar supostos desvios no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal. Como ele, outros 12 agricultores foram presos por determinação do então juiz Sérgio Moro, à época sem os holofotes que ganharia com a Lava Jato”.
(RENÉ RUSCHEL, 2019 – carta capital)

Apesar de todos os 13 agricultores serem absolvidos em 2016, a operação foi o estopim do desmonte do programa. Com o golpe de Michel Temer e a ascensão de Bolsonaro à presidência o PAA doação simultânea foi praticamente extinto, sendo desidratado sem recursos e sem decisão política para operar como apontam os números do gráfico 02.

Gráfico 02: Recursos federais disponibilizados para o PAA Doação Simultânea – 2003 a 2020



Elaborado por José Miguel Preto²⁶ e Huli Marcos Zang, a partir de dados da CONAB, 2025²⁷

Ainda no governo Dilma é criada a modalidade de PAA Compra Institucional, pelo decreto nº 7.775/2012, possibilitando que demais órgãos estatais e autarquias tenham a possibilidade de adquirir da agricultura familiar.

Conforme determina o Decreto nº 8.473, de 22/06/2015, do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional ao menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Esta aquisição pode ser feita diretamente da agricultura familiar utilizando a modalidade do PAA Compra Institucional. (MDS – MANUAL PAA, 2017. p. 22)

A primeira instituição do Rio Grande do Sul a adquirir alimentos da agricultura familiar do AFS, através do PAA Compra Institucional foi o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), no ano de 2015, quase três anos depois de o decreto entrar em vigor, através de chamamento público para adquirir hortaliças higienizadas. A

²⁶ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural, Doutor em Políticas Sociais e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (2019). Consultor da Central Metropolitana de Cooperativas da Agricultura Familiar.

²⁷ Conab.gov.br-agricultura_familiar/execução-do-paa/compêndio-execução-do-paa. Acesso em 26/3/2025

compra foi destaque na época, servindo de exemplo para outros órgãos como forças armadas, universidades e Institutos Federais passarem a adquirir da agricultura familiar. Conforme o Manual do PAA (2017), “as compras são permitidas para quem fornece alimentação, como hospitais públicos, Forças Armadas, presídios, restaurantes universitários, institutos federais, hospitais universitários, refeitórios de creches, e escolas filantrópicas, entre outros”. (Manual do PAA, 2017, p.22) Além da aquisição dos alimentos, a direção do GHC executou outras ações, como promover interação entre os servidores do hospital com os agricultores e a produção, como demonstrado na figura 11.

Figura 11: Ação de formação para o quadro de servidores do GHC/



Visita Técnica a Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão

A Gerência de Materiais juntamente com a Gestão do Trabalho comunicam que estão abertas as inscrições para Visita Técnica a Cooperativa dos Produtores de Reforma Agrária de Viamão.

Objetivo geral: Sensibilizar e Proporcionar aos trabalhadores do GHC a oportunidade de conhecerem a Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão (COPERAV). A COPERAV participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-GHC) fornecendo produtos orgânicos para as refeições dos trabalhadores e pacientes do GHC.

Público alvo: Trabalhadores do GHC

Número de Vagas: 45 vagas

Inscrições: As inscrições ocorrerão através da ficha de inscrição anexada ao e-mail de publicação do edital, devidamente preenchida e assinada.

Período de Inscrição: de 11 a 18 de março de 2015 até às 18h.

Seleção: Em caso de maior número de inscritos do que de vagas, a GTED fará seleção considerando: 1) o público-alvo preferencial; 2) processos de trabalho que contemplem os temas abordados no curso; 3) a diversidade de áreas/de unidades do GHC; 4) o menor número de horas de formação nos últimos doze meses.

Data da atividade: 26/03/15

Programação:

7h – Saída do GHC

8h30 – Acolhida e Café da manhã com produtos das Cooperativas

9h30 – Abertura com Diretoria GHC; MDA; MDS; SEPPIR; INCRA

Roda de conversa Saúde da Terra ao Prato

10h – Visita as Unidades de Produção/hortas/agroindústria

Durante a visita será realizado diálogos sobre os processos de produção e organização da produção

Fonte: arquivo da COPERAV

Os Institutos Federais são importantes compradores da agricultura familiar através do PAA, e também do PNAE em todo o país, como demonstra a tabela 2. O IFRS, através do Campus Restinga, iniciou as compras da agricultura em 2017,

adquirindo da COPERAV do AFS os primeiros itens alimentícios, sendo o maior comprador. A movimentação financeira entre os Campi do IFRS e a COPERAV injetaram no AFS o montante de R\$ 1.432.589,47.

Tabela 2: Compras do IFRS da COPERAV

PERÍODO: 2015 A 2024	
CAMPUS	VALORES TOTAIS R\$
CANOAS	94.603,75
ROLANTE	67.305,92
OZÓRIO	68.860,38
ALVORADA	240.359,31
RESTINGA	519.820,57
VIAMÃO	266.144,30
PORTO ALEGRE	175.495,24
TOTAL	1.432.589,47

Fonte: arquivos da COPERAV

Em 2023, com o novo governo Lula, o PAA é retomado, agora como Lei nº 14.628. Além das modalidades anteriores é criado o PAA cozinhas solidárias com o objetivo de viabilizar o atendimento às iniciativas comunitárias de preparo e distribuição de comida com alimentos da agricultura familiar. Enquanto o PAA doação simultânea entrega alimentos in natura, o PAA cozinha objetiva o atendimento às pessoas em situação de não ter como preparar seu próprio alimento.

Em 2024, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Rio Grande do Sul, operado pela CONAB, teve orçamento de R\$ 38.015.951,63, destinados às modalidades PAA sementes, compra direta e doação simultânea. (Fonte CONAB - 2025)²⁸

Outro montante de R\$ 10.000.000,00 também foi destinado ao Rio Grande do Sul, pela Portaria Nº 149/2023, oriundo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para ser executado diretamente pelos municípios. A execução dos valores ocorrerá no ano de 2025. O município de Viamão receberá o valor de R\$ 780.000,00 (DOU – 12/12/2023), maior valor entre

²⁸ CONAB – Transparência Gestão dos Estoques Públicos. Disponível em https://sisdep.conab.gov.br/transparencia_internet/relatorio/aquisicoes?ln=2- acesso em 15/02/2025.

todos os municípios contemplados. O município apresenta números altos da população em vulnerabilidade social e insegurança alimentar:

Conforme dados da Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social, Viamão iniciou o ano de 2025 tendo 23.226 famílias registradas como em situação de pobreza, segundo o Cadastro Único (CadÚnico). Em situação de baixa renda eram 7.983 famílias cadastradas em janeiro deste ano, enquanto o total de famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo somou 13.856. (DIARIO DE VIAMÃO- JAN 2025)

6.3 PAV - LEI MUNICIPAL Nº 5.134/21

Criado em 2021 pela lei municipal nº 5.134, o PAV, como é conhecido o Programa Alimenta Viamão, foi criado no período para cobrir o espaço deixado pela falta de operacionalidade do PAA doação simultânea, desidratado pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro até não haver mais recursos destinados ao programa.

Lei municipal 5.134/23 Cria o Programa Alimenta Viamão para aquisição de alimentos oriundos da Agricultura Familiar no Município de Viamão, com a finalidade de doação simultânea a famílias em insegurança alimentar e vulnerabilidade social, e dá outras providências. (VIAMÃO –LEI 2021/514/5134)

Leonildo²⁹ e Julieta³⁰ Zang, iniciaram o plantio de videiras incentivadas pelo projeto do Redesenho da Matriz agroecológica do Assentamento Filhos de Sepé. O pomar foi instalado em 2019 e está no terceiro ano de colheita. O manejo do parreiral nos conta Julieta, é todo natural, tendo muito cuidado com a terra. Em 17 de janeiro de 2025 eles estão fazendo a segunda entrega do ano ao PAV. No dia anterior embalaram 350 bandejas de 500 gramas de uva bordô. De madrugada, às 5h30, junto com seu neto, Leonildo foi realizar a entrega na secretaria de agricultura. A entrega desta safra irá totalizar 1050 bandejas, sendo o mesmo total de famílias beneficiadas com o alimento que fará parte de um kit com outros

²⁹ Assentado no AFS, militante do MST. Presidente da Associação Cultural do AFS, foi coordenador do Assentamento nos anos iniciais, fundador da Associação dos Produtores de Arroz e Peixe, sócio fundador e diretor da AAFISE e da COPERAV. Pioneiro na produção do arroz orgânico no AFS.

³⁰ Assentada no AFS, militante do MST. Fundadora e primeira presidente da Associação da Água Potável do Setor D. Sócia fundadora da COPERAV.

inúmeros itens produzidos em Viamão. O PAV não absorverá toda a produção de uva. O restante a família transforma em suco, geleias e um pouco de vinho.

Figura 12: Organização dos Kits do Programa Alimenta Viamão 10/01/2025



Fonte: Arquivo PAV – Secretaria de agricultura de Viamão

Chama atenção à ação de aquisição de alimentos no mês de janeiro (figura 12), principalmente de alimentos in natura. As demais políticas de que aqui tratamos PAA e PNAE, operam mais tarde, quando do início do ano letivo e retorno das férias. No caso da uva produzida por Leonildo e Julieta a colheita já ocorreu, assim como o forte da produção de tomate e milho verde no assentamento.

Segundo a lei do PAV, cada unidade familiar pode comercializar até R\$ 40.000,00 por ano civil. A lei também permite o programa adquirir das cooperativas e agroindústrias do município.

- Art. 4º** As aquisições de alimentos para este programa serão realizadas com a dispensa de processo licitatório, atendendo às seguintes exigências:
- I - Os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional;
 - II - Seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 40.000 (quarenta mil reais) para aquisição de alimentos, por unidade familiar, independente dos beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos
 - III - Os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes

Parágrafo único. O limite de venda anual das cooperativas, associações ou similares, será a soma dos limites individuais dos membros que compõem tal organização, e que se enquadrem nas prerrogativas desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 5242/2022)

Da COPERAV, no ano de 2024, o programa adquiriu 34.207 kg de arroz, uma compra no valor de R\$ 256.733,60(Arquivo da COPERAV). Segundo dados da secretaria de agricultura de Viamão, em torno de 105 agricultores estão cadastrados no programa. Destes 90% são do AFS. Além das entregas de alimentos in natura, três agroindústrias passaram a operar nos últimos dois anos no assentamento: uma de doces e geleias e duas padarias. A indústria de beneficiamento de ovos também está prestes a operar, projetada inicialmente para beneficiar aproximadamente 1000 dúzias de ovos semanalmente.

No ano de 2021, primeiro ano de sua execução, o PAV contou com orçamento de R\$ 200.000,00. Segundo dados da secretaria de agricultura o valor do orçamento destinado ao programa para o ano de 2024 foi de R\$ 3.000.000,00.

Segundo o secretário de agricultura, “o programa funciona de forma simples”. Servidores da secretaria da agricultura realizam o cadastro dos agricultores interessados e visitam a propriedade. O intuito da visita é verificar se há produção do item ofertado pelo agricultor ao programa. A entrega ocorre a partir de um cronograma combinado e confirmado no início de cada semana. O agricultor é responsável por entregar os alimentos na secretaria da agricultura. Uma equipe recebe os itens e a nota fiscal de produtor para posterior pagamento. A mesma equipe organiza as cestas e leva até as unidades dos CRAs, onde é feita a distribuição para as famílias cadastradas no CAD único.

7. A DISPUTA PELO MODELO DE PRODUÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO LIVRE DE AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

A conquista da terra para as famílias que viveram debaixo da lona preta por meses, ou até mesmo anos lutando por ela nas beiras de estradas, caminhando nas rodovias enfrentando todo tipo de perigos e desafios é sem dúvida uma alegria. Mas é também hora de transição e de imensos desafios. Num primeiro momento é como se apenas o local do acampamento fosse transferido, pois uma nova cidade de lona é montada ao chegar na terra então conquistada. No caso do AFS mais de ano se

passou até que o INCRA liberasse os primeiros recursos de fomento para a aquisição de ferramentas e insumos possibilitando assim um primeiro plantio. Segundo nos conta Julieta Zang, liderança do AFS do setor D na época, as pessoas começaram a ir buscar trabalho na vila para juntar algum trocado. O recurso para habitação levou mais de dois anos para ser liberado. A demarcação dos lotes ocorreu num esquema quase do quem pode mais, chora menos conta Leonildo Zang, da coordenação do AFS da época. Sem recursos, sem assistência técnica e sem a presença do estado, os oportunistas de plantão tiveram solo fértil para agir, iniciando o arrendamento das terras para o plantio do arroz convencional. A primeira década de assentamento foi marcada por muito debate e conflitos internos. Além de muitas decepções e desistências de inúmeras famílias que não se adaptaram às condições do local.

Pode-se afirmar que o momento de “virada de chave” do AFS, no que se trata da produção e da organização interna foi o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) instaurado em 2004 pelo Ministério Público Federal e estadual e que culminou na operação de apreensão do arroz convencional produzido de forma irregular nas áreas de várzea do AFS. As ações do TAC culminaram na apreensão de arroz irregular e exclusão de famílias do Assentamento, o que foi amplamente divulgado na mídia:

Como está localizado em uma área de preservação ambiental, o plantio de arroz com agrotóxico no assentamento é proibido desde 2004, a partir de um termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado entre Incra, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal. A medida atinge 152 produtores que não respeitam o TAC e as normas do Incra. Segundo o instituto, há 1,2 mil hectares de arroz plantados irregularmente. No ano passado, foram coletadas amostras para comprovar o uso de agrotóxicos nas plantações. O órgão também tem um levantamento, por meio de fotografia de satélite, que indica onde há lavoura e quem plantou. (CANAL RURAL, 2009)

Além da apreensão do arroz, inúmeras famílias perderam os lotes por arrendamento e compra/venda irregular, além de outras irregularidades.

Além da colheita do produto ilegal, o Incra/RS tomou medidas para penalizar assentados que arrendaram seus lotes. Em Viamão já há 29 decisões judiciais de reintegração de posse contra beneficiários da reforma agrária. Eles perderão o lote e serão excluídos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). (INCRA. Abril 2009)

Foi um período muito conturbado. Conforme lembra Argeu Gomes³¹, agricultor assentado e produtor de arroz orgânico, “tínhamos que ficar de vigia durante a noite para não colocarem fogo na máquina da Associação”.

O TAC (2005) qualificou como “ajustantes” o INCRA e a prefeitura de Viamão e apresentou como principal objeto:

“adoção de medidas tendentes à eliminação dos danos ambientais na unidade de proteção integral estadual denominada "Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos" (criada pelo Decreto Estadual nº41.559/02), situada no Distrito de Águas Claras, no Município de Viamão/RS, fatos esses decorrentes da carência de fiscalização no local, utilização de fogo e de agrotóxicos, dos arrendamentos dos usos de terras e água, além do chamado "excesso de plantio", venda de lotes, práticas essas observadas no assentamento denominado "Assentamento de Trabalhadores Rurais Filhos de Sepé". (TERMO DE AJUSTE DE CONDUCTA- DO OBJETIVO - CLÁUSULA PRIMEIRA, MPF)

Nem todo o arroz era irregular. Aproximadamente 320 hectares seguiram as regras do TAC e produziram com manejo orgânico com processo de certificação. Porém estas famílias que seguiram as regras foram acusadas de serem as culpadas pela apreensão do restante do arroz pelo grupo que teve o arroz apreendido. Partes destas famílias organizariam em agosto de 2009 a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão – COPERAV. Apesar do acirramento das disputas internas e conflitos que se prolongaram por anos, a ação do INCRA e Ministério Público consolidou a derrota do modelo de produção do agronegócio no território do assentamento. Evidentemente a ação do INCRA não se realizaria se não estivesse em andamento um projeto alternativo, organizado pelas próprias famílias, mesmo que em pequeno número. Foi este projeto que deu rumo às ações futuras e que transformaram o AFS em um grande produtor de arroz orgânico e de alimentos diversos em larga escala. Rompidas as cercas de arame ao conquistar a terra, agora também as cercas do modelo tecnológico baseado apenas no capital começaram a cair.

Neste contexto, o PAA criado em 2003 no governo do Presidente Lula, cumpre um papel fundamental como política estimuladora do processo de transição agroecológica. No ano de 2005 a Associação dos Produtores de Arroz Ecológico

³¹ Atual membro da direção da Coperav. Foi membro da última direção da AAFISE no período de 2021 a 2023. Atual coordenador do setor de grãos da Cooperativa.

(APAECO) alugou uma unidade de secagem para separar pela primeira vez o arroz orgânico do convencional. Em uma ação com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) o arroz que estava seco e armazenado da safra 2005/2006 é transferido para armazém credenciado e adquirido através do PAA. A figura 13 é uma nota fiscal de compra deste arroz executada pelo PAA compra direta no ano de 2005.

Figura 13: Nota de Fiscal de compra de arroz pela Conab

EMITENTE		NOTA FISCAL				Nº 026929					
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		<input type="checkbox"/> SAÍDA		<input checked="" type="checkbox"/> ENTRADA		SÉRIE 2					
CONAB		BAIRRO: BAIRRO FLORESTA		C.N.P.J. 26.461.699/0361-00		3ª VIA FISCO DESTINO					
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		UF: RS		INSCRIÇÃO ESTADUAL 0962674869		DATA LIMITE P/ EMISSÃO 00.00.00					
NOME / RAZÃO SOCIAL: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		CEP: 90.440-051		C.N.P.J. / C.P.F. 916.207.080-00		DATA DA EMISSÃO 23/06/2006					
ENDEREÇO: RUA QUINTINO BOCAIUNA, 57 - 1 ANDAR		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO		CEP 94.430-000		DATA DA SAÍDA / ENTRADA					
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE		C.F.O.P. 1102		U.F. RS		HORA DA SAÍDA					
FONE / FAX: (051) 3373822/4262		MUNICÍPIO: VIAMÃO		INSCRIÇÃO ESTADUAL 1591058900							
NATUREZA DA OPERAÇÃO: COMPRAS P/ COMERCIAL		DESTINATÁRIO / REMETENTE		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		NOME / RAZÃO SOCIAL: HULI MARCOS SANG		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		ENDEREÇO: EST RS 040		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		BAIRRO / DISTRITO		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		CEP: 94.430-000		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		FONE / FAX		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		U.F. RS		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
		INSCRIÇÃO ESTADUAL 1591058900		MUNICÍPIO: VIAMÃO							
DADOS DO PRODUTO											
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CL. FISC.	SÍMBOLO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	IPÍ	VALOR IPI	
6268	ARROZ CASCA GRANEL		051	KG	4,742	0,52710	2.499,50	0,0			
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS		2.499,50	
				0,0		0,00					
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA		2.499,50	

Fonte: arquivo do autor

Na época, a compra da Conab viabilizou economicamente a operação do arroz. Mesmo que tenha sido comercializado de forma convencional o preço foi muito superior ao pago pelo mercado no período da colheita como mostra a tabela 3.

Tabela 3: Comparação de preços de mercado e PAA

Produto	Unidade	Preço Conab	Preço mercado *
Arroz em casca granel	a Saca 50 Kg	R\$ 26,35	R\$ 16,41

*Cotação Emater março de 2006. Emater.tche.br/site/inf

Além de viabilizar a questão econômica, essa primeira experiência com a Conab fomentou a questão da cooperação que existia em escala associativista no período através da APAECO³². Não por acaso a criação da cooperativa COPERAV ocorreu no mesmo ano da regulamentação da lei 11.947/2009, conhecida no AFS como “lei da alimentação escolar”. Conforme registro da ata de fundação, a Cooperativa foi fundada em agosto de 2009 e já em setembro de 2010 começou a participar de chamadas públicas comercializando os alimentos da agricultura familiar.

A ação do Estado (INCRA, Ministério Público, Polícia Federal) para interromper o arrendamento e o uso indiscriminado dos recursos naturais se tornou efetiva pelas ações organizadas das famílias envolvidas na produção ecológica, inicialmente praticando uma agricultura de base ecológica fazendo frente ao modelo do agronegócio, mas indo muito além, construindo mecanismos organizativos para atingir os mercados que se abriam através das políticas públicas. Políticas estas que sem a organização mínima das famílias envolvidas em algum nível de cooperação seriam difíceis de acessar. Sem o engajamento das famílias organizadas as ações do Estado apenas interromperiam o arrendamento e os danos ambientais momentaneamente, sendo possível que em curto prazo, após a retirada dos servidores dos órgãos envolvidos tudo voltaria a ser como era antes.

A criação da COPERAV, como nos conta Roseli Canzaroli³³ ocorreu em um dos momentos mais turbulentos da história do AFS. Era nós contra eles, os que plantavam arroz ecológico contra todo mundo.” Mas a avaliação era de que pela conjuntura era preciso evoluir na organização. A associação existente, a APAECO não era mais suficiente enquanto ferramenta que possibilitasse a comercialização que se almejava. “Formamos a cooperativa com o número mínimo necessário para poder registrar”. Foi o que conseguimos na época, não foram 22 famílias, foram 22 pessoas que se desafiaram a formar a cooperativa, conforme Roseli.

³² Com a fundação da Coperav, a Apaeco deixa de operar por alguns anos e em 2022 passa por uma reestruturação e alteração do seu objeto passando a ser a Associação Cultural do Assentamento Filhos de Sepé.

³³ Assentada no AFS, médica veterinária pela UFPEL, mestra em Agroecossistemas pela UFSC, dirigente do MST, presidente da Coperav por dois mandatos, atualmente RT da Cooperativa responsável pelo desenvolvimento da frente de produção de proteína animal.

7.1 A COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DA REFORMA AGRÁRIA DE VIAMÃO – COPERAV

O cooperativismo é um princípio do MST e na proposta de Reforma Agrária popular tem papel de destaque junto com a Agroecologia. Na sua história o Movimento percorreu o mundo para conhecer diferentes modelos de cooperação, dos mais simples aos mais complexos, em diferentes países do mundo, passando pelos modelos soviéticos, chineses, vietnamitas, cubanos, bascos, sul africanos, dentre outros. Os assentamentos da região sul do país desenvolveram mais o modelo cooperativista com diferentes características. Já as regiões norte e nordeste se caracterizam pelo modelo associativista, havendo dezenas de associações nos assentamentos. (ARQUIVO COPERAV³⁴).

Na região de Porto Alegre três cooperativas foram criadas nos assentamentos ainda na década de 90 com alto grau de coletivização da terra, do trabalho, da moradia (agrovila) e do capital. São denominadas de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). A de maior destaque é a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), criada em 1994, tem a cadeia produtiva do arroz orgânico completa, desde a produção até a comercialização e a das carnes, principalmente a suína.

Nas atas das reuniões da Fundação da COPERAV, fica explícito que a COOPAN foi uma das referências de análise de casos positivos para o coletivo que formou a COPERAV porque destacava-se na época (2009), por apresentar uma gestão eficiente dos processos, uma prestação de contas adequada e a diversificação produtiva. Os documentos também mencionam outros casos de cooperativas que foram analisados, como a Cooperativa Agrícola Novo Sarandi (COANOL) da região de Sarandi/RS que havia encerrado suas atividades e a COOTAP, que recentemente havia alterado seu objeto social para dar viabilidade às suas operações. (Reuniões Grupo Gestor do Arroz Ecológico³⁵) Cooperativas do sistema tradicional de diferentes regiões também foram estudadas.

³⁴ Arquivo interno da COPERAV – Programa Terra Forte – BNDS – não publicado, 2018.

³⁵ Documentos internos de reuniões do Grupo Gestor de Arroz Ecológico – MST, 2015.

Entre os relatórios das reuniões e atas de fundação da COPERAV analisados, juntamente com os relatos das entrevistas, destacam-se algumas definições coletivas que demarcaram as características da cooperativa:

Considerando as características do AFS, principalmente pela maneira como os lotes foram divididos e tendo em vista que já haviam se passado mais de 10 anos de história, com determinadas dinâmicas de trabalho, organização, investimentos distintos e conflitos a terra, entendia-se que a Cooperativa não conseguiria implementar uma dinâmica de trabalho coletivo na terra.

Cada família envolvida no processo de criação da Cooperativa havia organizado a sua vida produtiva e social de uma maneira, havendo enorme heterogeneidade nas questões financeiras, do envolvimento no trabalho e capacidade de investimentos.

Os modelos de cooperativa analisados não se encaixavam nas demandas do grupo. Seria necessário pensar um modelo com as características locais que viabilizasse a produção, a industrialização até a comercialização. No que diz respeito aos critérios para participação como cooperado o principal era produzir de forma agroecológica, não sendo necessário ser morador do AFS. Nos debates prévios à fundação da Cooperativa o tema da garantia de participação efetiva das mulheres e dos jovens foi uma pauta permanente.

A assembleia de fundação da cooperativa realizou-se em primeiro de agosto de 2009 com a participação de 22 pessoas, sendo nove casais e quatro jovens solteiros, os quais foram os sócios fundadores. Ficou definida a incorporação de 10 quotas partes por associado, no valor de R\$ 10,00 cada, totalizando um capital social inicial de R\$ 2.200,00.

O momento histórico da criação da cooperativa é o de extrema conturbação interna do AFS devido à ação ocasionada pela execução do TAC e as ações decorrentes dele. Não à toa poucos se desafiaram a participar da nova organização que estava se formando, principalmente por que os fundadores da COPERAV foram os mesmos que fundaram em 2003 a Associação dos Produtores de Arroz e Peixe.

Figura 14: tentativa de incendiar o galpão e máquinas da recém criada COPERAV



Fonte: arquivos do autor.

Em um dos momentos mais críticos houve a tentativa de incendiar as máquinas e o galpão do grupo, como mostra a figura 14. Outras ações violentas ocorreram, como intimidação individual, trancamento ou abertura de canais de irrigação para impedir a irrigação das lavouras. Como já mencionado foi um período bem conturbado.

Depois da experiência de alugar uma unidade de secagem em 2005/2006, na época ainda como APAECO, a cooperativa alugou outra unidade em 2011, na qual trabalha até os dias de hoje recebendo, secando e armazenando o arroz orgânico. Até a consolidação da indústria própria em 2020, a cooperativa dependia de terceiros para industrializar a sua produção, o que dificultava a logística, cumprimento de prazos e a autonomia dos negócios. A primeira venda de arroz pelo PNAE foi realizada para o município de Gravataí ainda em 2010, através de um pregão eletrônico para a agricultura familiar. O município, juntamente com Viamão são os maiores compradores da agricultura familiar da região metropolitana. Até o ano de 2011, quando da primeira compra da prefeitura municipal de Viamão de arroz da COPERAV (Nota fiscal nº 147- 26/01/2011), nunca o poder público municipal havia comprado alimentos da agricultura familiar. “O arroz era comprado de uma empresa com sede em Governador Valadares/MG, e lá nem tem produção de arroz”,

conta Roseli Canzarolli que contribuía na participação das primeiras chamadas públicas como representante da COPERAV.

Além das vendas para a alimentação escolar, o PAA, modalidade formação de estoque, garantiu o fluxo de caixa da cooperativa, possibilitando o acesso a recursos para adquirir o arroz dos associados e posteriormente comercializar através das chamadas públicas. Até 2020, a cooperativa não acessou modalidades de PRONAF, por exemplo, recorrendo por vezes a empréstimos bancários com juros exorbitantes de mercado (Zang, 2021). No ano de 2020, a COPERAV estava construindo a indústria de processamento de arroz orgânico quando pode acessar PRONAF³⁶ investimento e posteriormente PRONAF agroindústria, possibilitando melhora no fluxo de caixa da cooperativa e diminuindo a dependência das entradas de valores das vendas das chamadas públicas. Até o primeiro acesso ao PRONAF agroindústria, a Cooperativa dependia para efetuar a compra do arroz dos associados exclusivamente das operações de PNAE, PAA e ou PAV, nesta ordem de importância. Não houve alteração de mudança de atuação de mercado, mas sim disponibilidade de recursos através de mais uma fonte para a aquisição da matéria prima e das demais operações que envolvem a indústria e logística, principalmente.

7.1.1 A PADARIA

A primeira agroindústria colocada em operação, um ano após a fundação da Cooperativa foi uma agroindústria de panifícios, ou padaria como era conhecida no Assentamento. Havia em outros assentamentos da região padarias em operação. A padaria do Assentamento Lagoa do Junco em Tapes foi uma das referências para a organização, sendo que houve muita troca e compartilhamento de informações, inclusive receitas. A agroindústria foi uma demanda das mulheres associadas à cooperativa. Mais do que uma demanda, foi uma exigência para que as mulheres compusessem o quadro social, nos conta Roseli Canzarolli, coordenadora da

³⁶ Consultar Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Processos Gerenciais do Campus IFRS/Viamão 2021: QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA PARA ACESSO AO CRÉDITO DE MELHOR QUALIDADE: O CASO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DA REFORMA AGRÁRIA DE VIAMÃO.

agroindústria na época: “Os homens desciam pro banhado trabalhar no arroz e, nós era pra ficar em casa? Ou ir trabalhar de empregada na vila?” Empolgadas com a possibilidade de trabalho e renda planejaram e executaram adequações em um prédio junto à casa de uma das associadas, conseguiram um financiamento e em pouco tempo já estavam com alvará sanitário e toda a documentação necessária para operar. Passaram a produzir para atender as escolas estaduais através do PNAE. Nas primeiras chamadas públicas realizadas no segundo semestre de 2010 passaram a produzir principalmente cucas e bolachas para a alimentação escolar.

Figura 15: Nota Fiscal emitida para a primeira escola estadual a comprar da COPERAV pelo PNAE. Chamada pública realizada em setembro de 2010.

COOP. DOS PRODUTORES ORGANICOS DA REFORMA AGRARIA RUA FLORESTAN FERNANDES, 50 ASS AGUAS CLARAS VIAMAO-RS CEP: 94570-622 FONE: 5131088935 vendas@coperav.com.br		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1 Nº 000.000.109 SÉRIE: 1 FOLHA: 1 DE 1		 CHAVE DE ACESSO 4310 1211 3299 9000 0122 5500 1000 0001 0904 0583 4675 CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-e WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR/PORTAL OU NO SITE DA SEFAZ AUTORIZADORA	
NATUREZA DE OPERAÇÃO VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTAB.		INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO 159/0215599		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 143100107570594 06/12/2010 20:47:25	
DESTINATÁRIO/REMETENTE NOME RAZÃO SOCIAL CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DIOGO PENHA		CNPJ/CPF-Estrangeiro 11.421.320/0001-31		DATA DA EMISSÃO 06/12/2010	
ENDEREÇO JOAO GUIMARAES CHILDEN, 450		BAIRRO CENTRO		CEP 95599-000	
CIDADE BALNEARIO PINHAL		FONE/FAX (51)36821320		UF RS	
FATURA		INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO		DATA DA SAÍDA/ENTRADA 06/12/2010	
HORA DE SAÍDA 20:41					
CÁLCULO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 4.647,50		VALOR DO ICMS 557,70		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 4.647,50	
VALOR DO FRET 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		VALOR DO IPI 0,00	
DESCONTO 0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA 4.647,50	

Fonte: arquivo digital COPERAV

As vendas (figura 15) animaram muito as mulheres que se organizaram em dois turnos para dar conta das encomendas. Logo o espaço ficou pequeno. Com as boas perspectivas de comercialização que se apresentavam, foi possível construir com recursos próprios da Cooperativa um prédio novo para a agroindústria e escritório. O bom andamento da padaria aproximou mais mulheres que se associaram à Cooperativa para poder trabalhar e gerar renda para a família.

Em 2021, ainda durante a crise da pandemia da Covid19, a direção da cooperativa, juntamente com as coordenadoras do setor decidiu pelo encerramento das atividades da agroindústria. Inúmeros fatores levaram a tomada de decisão sendo o principal a atualização da resolução de 2020 do PNAE que altera o cardápio alimentar das escolas diminuindo pela metade os lanches, ou seja, o consumo dos

itens oferecidos pela Cooperativa produzidos na padaria. A alteração avalia o presidente, é muito positiva, porque qualifica a alimentação das crianças e jovens. Mas fez cair pela metade as vendas. Outro fator importante comenta o presidente, foi que a maioria das mulheres está envolvida na produção das hortas para a comercialização através do PAA e do PAV. Uma conjuntura muito distinta do início da década passada onde a padaria era a principal fonte de trabalho e renda de muitas mulheres. Hoje o que produzir vende e vende bem. Dá mais que trabalhar na padaria, acrescenta o presidente. A destinação do prédio da agroindústria, que também acomoda o escritório da cooperativa ainda esta em debate.

7.1.2 O REDESENHO DA MATRIZ AGROECOLÓGICA

O projeto denominado Redesenho da Matriz Produtiva Agroecológica do AFS, é uma parceria duradoura com o programa de extensão Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão e Entorno (ECOVIAMÃO) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Viamão. O programa tem como propósito a implantação e a gestão democrática de projetos e atividades agroecológicas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O projeto surgiu com o intuito de aprofundar as práticas agroecológicas na produção de alimentos em larga escala, buscar alternativas para a diversificação e a inserção principalmente de jovens e mulheres no processo produtivo. As ações do projeto também visam potencializar o ativo ambiental do AFS, como

“A existência da *Reserva de Vida Silvestre Banhado dos Pacheco* (2.500 ha) e da *Barragem de Águas Claras* (500 ha) em seu interior, antes de ser um empecilho, como alguns vêem, são aliados no projeto, numa relação de troca de serviços ecológicos, de fortalecimento da cultura conservacionista e educação agroecológica viva e cidadã. Iniciado em 2018, o projeto já apresenta avanços, tais como: o início da produção de uvas, citros, maracujá e outros hortigranjeiros, melhoria na eficácia do arroz orgânico, controle da turbidez da água, agroindustrialização e comercialização em rede, acesso ao crédito solidário, educação de jovens e adultos, sistemas agroflorestais, etc. Dentre as formas de ação, destaque ao apoio de bolsistas nas áreas de produção vegetal, animal, gestão ambiental, cooperativismo, crédito rural, bem estar social, além de fomento com a aquisição de mudas, adubos orgânicos, viagens técnicas, cursos e alguns equipamentos agrícolas”. (IFRGS –ECOVIMÃO -Última atualização em 28/06/2021)

Metodologicamente o projeto opera de forma que as ações são discutidas nos espaços da Cooperativa e a campo o Ecoviamão contribui com a contratação de bolsistas internos e externos com expertise em diferentes áreas através de edital público. Assim, diversos estudantes e também profissionais de diferentes áreas foram contratados como bolsistas para atuar no AFS.

Uma das atividades em andamento do projeto Redesenho é a organização da cadeia produtiva de ovos. Através da sistematização de interesses do quadro social da COPERAV e de pesquisa de mercado realizada pela equipe de bolsistas, identificou-se a viabilidade da criação de galinhas poedeiras com objetivo de produzir ovos para atendimento ao PAV e também a alimentação escolar de Viamão. (Relatório interno Ecovimão³⁷).

Segundo informações repassadas pelo atual secretário de Agricultura do município de Viamão, o PAV tem potencial de adquirir 700 dúzias semanais de ovos da Cooperativa. Da mesma forma, segundo o secretário, também a secretaria da educação tem potencial de adquirir aproximadamente 1500 dúzias por semana através do PNAE. Para atender esta demanda de mercado seriam necessárias aproximadamente 4.000 galinhas em estágio de produção. Segundo Roseli Canzarolli, Responsável Técnica do projeto, a proposta metodológica se baseia na implantação de vários pequenos galinheiros, respeitando as características de cada unidade familiar, como o tamanho e a disponibilidade de área e de mão de obra. Desta forma várias unidades produtivas serão instaladas com capacidade de 100 a 400 galinhas cada.

O presidente da COPERAV nos relata que a cooperativa está adiantando os valores necessários (em forma de empréstimo) para que as famílias construam os galinheiros e viabilizem a produção. Segundo ele, várias tentaram financiamento através do PRONAF, sem sucesso. Além desta ação a Cooperativa organizou a indústria de beneficiamentos de ovos que já conta com o registro no Sistema de Inspeção(SIM) . Roseli explica que os ovos serão entregues pelos agricultores na indústria, onde passam por classificação, limpeza e ovoscopia³⁸ e acondicionamento

³⁷ PROGRAMA ECOVIAMÃO (NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE VIAMÃO E ENTORNO) E PROJETOS CORRELATOS – IFRS.

³⁸ A ovoscopia é um método de análise de ovos que usa uma fonte de luz para identificar defeitos na casca ou problemas internos, garantindo a qualidade do alimento.

em bandejas e caixas. A cooperativa fará a aquisição da produção dos associados e encaminhará a comercialização.

Segundo ainda nos conta Roseli um dos grandes desafios para viabilizar a criação das galinhas é a produção da ração: “não dá pra comprar tudo de fora, além de ser tudo transgênico, é muito caro”. Para tanto diferentes estratégias estão sendo desenvolvidas para suprir esta demanda, como a produção de grãos, pastagens para as aves e produção de insetos como o tenébrio (*Tenebrio Molitor*), inseto de alto teor proteico que pode ser transformado em ração ou servido para as aves. “Temos a quirela de arroz e o farelo que já ajudam na composição da ração, mas temos que produzir mais algo para compor uma ração de qualidade”, conta Roseli.

Na primeira fase do projeto seis famílias estão iniciando a construção dos galinheiros. A expectativa, segundo o presidente da cooperativa, é iniciar a produção ainda no primeiro semestre de 2025 e ampliar o número de famílias engajadas na sequência.

Também enquanto ações do projeto Redesenho, no campo da produção do arroz diversas experiências já foram realizadas, inclusive com a produção de soja com manejo orgânico em áreas historicamente cultivadas com arroz³⁹. As primeiras lavouras de arroz sem veneno iniciadas em 2002/03 foram em sistema de rizipiscicultura e depois em consórcio com marrecas de Pequim. As práticas não vingaram na época, principalmente por falta de condições estruturais adequadas, mas a estratégia de inovar nas técnicas e métodos para qualificar a agroecologia permaneceram. O pousio e o uso de áreas de arroz para manejo com gado de corte se demonstram uma das práticas mais exitosas. Conforme Canzarolli (2018)

“Quando se faz essa condução do gado [...] se tem maior concentração de excretas dos animais, incorporando a matéria orgânica, construindo assim a fertilidade do solo. Todo processo é dinâmico, enquanto o gado pastoreia em uma parcela, tem área sendo colhida, outra rebrotando, outra sendo aerada e outra em deferimento. Funcionando como um organismo equilibrado e dinâmico”. (Canzarolli, 2018)

Áreas com no mínimo três anos de pousio, com manejo de bovinos, convertidas em lavoura de arroz novamente tem demonstrado controle de ervas invasoras, sanidade e alto potencial produtivo. Ainda, segundo Edivane Portela,

³⁹ Reportagem Brasil de Fato <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/17/assentamento-filhos-de-sepe-de-viamao-inicia-plantio-de-soja-organica>

servidor do IRGA, “o preparo foi feito com a terra no seco, não em sistema pré germinado, o que diminuiu consideravelmente o custo da lavoura, desgaste das máquinas, uso de combustível e também o consumo total de recursos hídricos”.

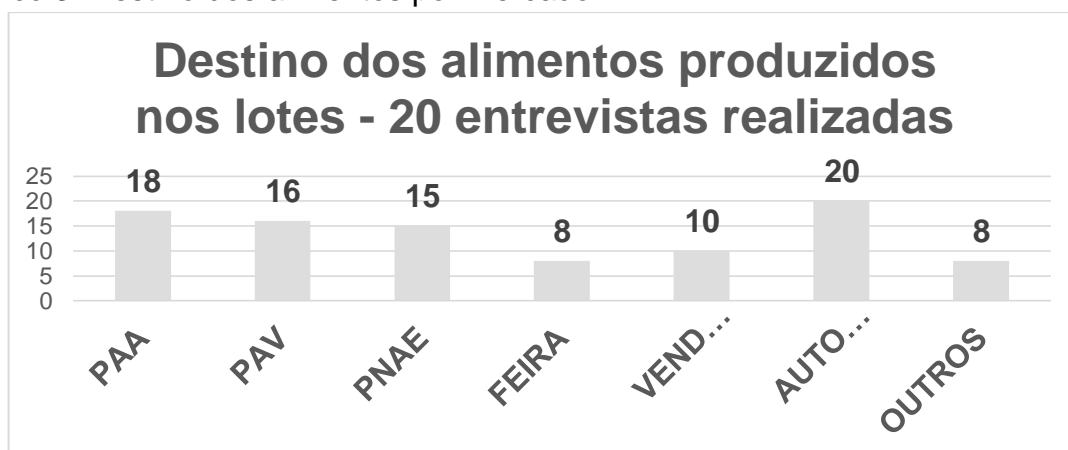
8. RESULTADOS

Não se modifica facilmente mais de meio século de uma ideologia difundida pelos pesquisadores, empresas de extensão rural, universidades, mídia e pela ação do estado. Ideologia está alicerçada nos objetivos da revolução verde⁴⁰ que foram aprimorados pelo modelo do agronegócio para servir aos mesmos padrões e explorar os mesmos povos e a natureza. Os resultados apresentados a seguir ao mesmo tempo que demonstram importante quebra de paradigma e a organização popular como o grande instrumento da aplicação da agroecologia, construindo a transição agroecológica no dia a dia com as ferramentas disponíveis, também demonstram tamanhas fragilidades e desvios na aplicação da Política Pública.

Através de dados coletados em entrevistas semi estruturadas realizadas no segundo semestre de 2024 e pesquisa no banco de dados da Cooperativa, foi possível elaborar o gráfico 3 abaixo. A amostragem teve como critério famílias dos setores A, C e D, associadas da COPERAV que comercializaram com a cooperativa nos últimos dois anos, 2023/2024. Apenas 4 dos entrevistados são sócios fundadores da cooperativa no ano de 2009 (Ata de fundação da COPERAV).

⁴⁰ A Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos. (ComCiência n.120 Campinas 2010)

Gráfico 3: Destino dos alimentos por mercado.



Fonte: Elaborado a partir de entrevistas semi estruturadas e pesquisa nos arquivos da COPERAV.

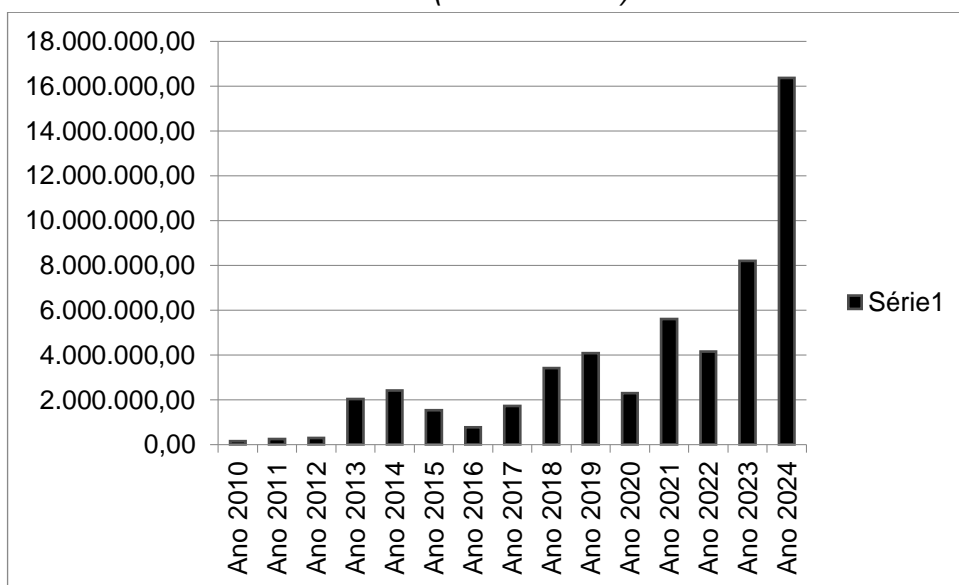
Os dados do gráfico 3 revelam que as políticas públicas de aquisição de alimentos são acessadas por todas as famílias entrevistadas, ainda que considerando suas diferentes modalidades. Temos 18 famílias acessando o PAA, 16 acessando o PAV e 15 famílias acessando o PNAE, através da COPERAV. Principalmente as famílias que trabalham com produção diversificada, ou seja, hortas, frutas e arroz, operam com mais de uma das políticas públicas, sendo que metade opera com as três: PAA, PAV e PNAE. Em relação ao PNAE, é importante entender que no caso da COPERAV apenas o arroz orgânico é comercializado para a alimentação escolar. Hortaliças e frutas são ofertadas pela cooperativa no PAA Doação simultânea. O PAV adquire das famílias hortaliças e frutas e da cooperativa o arroz, bem como produtos industrializados de outras agroindústrias do município, como panificados, geleias, mel e ovos.

Chama atenção nos dados demonstrados no gráfico acima a produção para o autoconsumo, ou seja, a que vai para o preparo do alimento diário das famílias, que vem agregada à produção para os distintos mercados. Todas as famílias pesquisadas têm produção para o autoconsumo, o que pode de maneira direta implicar na qualidade da dieta alimentar do núcleo familiar, diminuição com custo da alimentação, mais autonomia e segurança alimentar.

Há uma dinâmica constituída na vida produtiva do AFS. As políticas públicas fazem parte dessa dinâmica, principalmente o PNAE, por ser o programa com mais estabilidade e independência de governos entre os estudados aqui; o mais capilarizado nas instituições nas diferentes esferas do poder público e disponibilidade de recursos.

Quando mudamos o foco da análise das famílias para a Cooperativa, os dados coletados do faturamento de 2010 a 2024, conforme indicam o gráfico 4, que independentemente do governo o programa continua sendo operado, mostrando-se um destino confiável para a comercialização da produção dos alimentos de base agroecológica do AFS. Considerando que desde o início de sua operação em 2010 no segundo governo Lula, a operação da lei de aquisição de alimentos da agricultura familiar passou por outros três governos diferentes, até o retorno do governo Lula no ano de 2023, os dados revelam que mesmo com oscilações nos volumes houve continuidade da execução das aquisições a nível municipal, estadual e federal.

Gráfico 4: Faturamento da COPERAV (2010 a 2024)



Fonte: Análise da documentação contábil da cooperativa

O faturamento da COPERAV provém 90% das vendas para as políticas públicas. Destes 90 %, segundo levantamento de dados, 70% provêm de operações do PNAE. Conforme análise das notas fiscais de venda, a cooperativa passou em 2023 a comercializar arroz orgânico para o estado de São Paulo através de chamada pública para o atendimento à rede das escolas estaduais, motivo da elevação substancial do faturamento em relação aos anos anteriores. Fato similar ocorreu em 2024, quando além da venda para o Estado de São Paulo ocorreu venda de volume importante para a Prefeitura do Rio de Janeiro, o que levou a cooperativa a dobrar o faturamento em relação ao ano de 2023.

Em Viamão, onde está localizado o AFS, até 2012 o município era governado pelo Partido dos Trabalhadores, passando após de 2013 às mãos do PSDB (Partido

da Social Democracia Brasileira). Contando o atual prefeito eleito nas eleições de 2024, nove mandatários passaram pela cadeira de prefeito em Viamão desde 2010. Houve impeachment, falecimento, desincompatibilização temporária e efetiva. Mesmo com toda a turbulência política a gestão do município continuou adquirindo da agricultura familiar.

Tabela 4 – Dados de Repasses do FNDE e Aquisições da agricultura familiar município de Viamão - Valores adquiridos da Cooperativa do AFS

ANO	Entidade Executora	UF	Valor Transferido pelo MEC	Valor aquisições da agricultura familiar	%	VALORES DE COMPRA DA COPERAV	% DO TOTAL GASTO COM A COPERAV
2011	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.092.080,00	R\$ 209.861,60	10,03 %	209.861,60	100%
2012	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 1.273.552,00	R\$ 538.381,20	42,27 %	589.543,00	100 % ⁴¹
2013	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 1.831.266,00	R\$ 344.455,57	19%	456.019,17	100 %
2014	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 1.958.478,00	R\$ 1.265.268,98	65%	827.090,77	65,36%
2015	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.385.043,60	R\$ 988.167,09	41%	181.981,40	18,41%
2016	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.248.450,62	R\$ 903.745,73	40,19 %	155.367,18	17,19
2017	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.747.512,80	R\$ 1.014.340,98	36,92 %	361.388,06	35,62%
2018	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.928.304,40	R\$ 1.313.171,12	44,84 %	557.675,03	42,46%
2019	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.556.265,60	R\$ 1.130.208,16	44,20 %	291.841,47	26%
2020	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.538.932,00	R\$ 2.407.478,01	94,82 %	499.935,62	20,76%
2021	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.438.227,00	R\$ 672.915,76	27,60 %	356.765,92	53,01%
2022	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 2.268.300,00	R\$ 1.263.331,89	55,70 %	817.492,10	64,70%
2023	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 3153.346,80	R\$ 1.032.551,00	32,74 %	425.945,80	41,25%
2024	PREF MUN DE VIAMAO	RS	R\$ 3.752.711,6	R\$ 1.141.023,30	30,40 %	850.886,44	74,57%
TOTAL						R\$ 6.581.793,56	

Fonte: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>

Segundo o gráfico 3, nos anos de operação financeira da cooperativa, a soma do faturamento totalizou R\$ 52.841.225,72. Pelas informações fornecidas pelo setor financeiro da cooperativa, 90 % do faturamento, em média, é proveniente da

⁴¹ Nos anos de 2012 e 2013 a prefeitura de Viamão utilizou recursos próprios para as aquisições da agricultura familiar. Por isso o valor de aquisição é maior do que o valor do repasse.

execução de contratos de chamadas públicas de PNAE, PAA e PAV, o que corresponde ao valor de R\$ 47.550.000,00.

Deste total, ainda segundo dados obtidos do setor financeiro da COPERAV, 85% é originado das vendas para alimentação escolar, algo em torno de R\$ 40.417.500,00. Deste total R\$ 6.593.781,56, conforme a tabela 4 são oriundos de operações com a prefeitura de Viamão para alimentação escolar. A Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal obrigam a União, estados e municípios a investirem 25 % das receitas líquidas em educação. Desta forma, sempre há recursos disponíveis para a alimentação escolar, não havendo dependência de aprovação de orçamento para tal, ou ainda vontade política de este ou aquele governante. O PAA e o PAV, por exemplo, dependem de aprovação de orçamento e disponibilidade de recursos para operar.

Conforme a direção da cooperativa, até 2020, quando da primeira operação considerável de Pronaf, os recursos de comercialização através das políticas de aquisição de alimentos eram os principais com os quais a cooperativa e os agricultores custeavam e investiam na produção, principalmente do arroz. Apesar de ter aumento todos os anos no volume de recursos disponíveis para o crédito rural este sempre é absurdamente menor que o da agricultura empresarial⁴².

A título de comparação trabalharemos com os dados do plano safra para o ano de 2023 que destinou para a agricultura familiar R\$ 76 bilhões e para a agricultura empresarial R\$ 340,88 bilhões.

A tabela a seguir traz números alarmantes em relação à utilização dos recursos do PRONAF Custeio de Lavouras no Rio Grande do Sul. No caso do feijão, da área total plantada em 2023 que somou 47.707 hectares, apenas 5.758 hectares e 539 contratos, ou seja, 12% da área plantada com feijão no RS no ano de 2023 foi financiada com recursos do PRONAF.

No caso do arroz da área total de 845.000 hectares plantados no estado e 1145 contratos, apenas 18.794,29 hectares foram financiados com recursos do Pronaf.

⁴² A agricultura empresarial, também conhecida como agricultura patronal, é um modelo de produção agrícola que se destina ao mercado interno e à exportação. É praticada em grandes e médias propriedades.

No município de Viamão, a área total plantada com arroz no ano de 2023 foi de 14.832 hectares, sendo 1.600 hectares de arroz orgânico no AFS. Deste total produzido em Viamão, apenas 156 hectares de arroz foram financiados por recursos do Pronaf.

Quando analisamos os dados da cultura da soja percebemos que algo muito errado ocorre com a aplicação dos recursos públicos que deveriam garantir a produção de alimentos para a população. Mais de 850.000 hectares de soja foram financiados com recursos do Pronaf no Rio Grande do Sul no ano de 2023, área maior do que toda a plantada com arroz e 20 vezes maior do que a plantada com feijão.

Chama atenção a área plantada com soja no RS no ano de 2023 - 6,64 milhões de hectares plantados com esta commodity no RS.

Lamentavelmente os números demonstram que o Pronaf se transformou no programa de fortalecimento do “agronegocinho”⁴³ com toda a sua teia de empresas multinacionais detentoras de patentes, capital financeiro especulativo capturando os recursos que deveriam ser investidos na produção da alimentação para a mesa dos brasileiros.

⁴³ Expressão ideológica utilizada para projetar a ideia de que “agricultor não tem tamanho”, propagando que todos são “produtores rurais”, que não há distinção entre grandes proprietários e produtores de commodities e pequenos agricultores familiares camponeses.

Sugestões de literatura: CHIMINI, Leticia: *A questão agrária no capitalismo dependente: elementos da questão social e a resistência do campesinato brasileiro*. Editora Appris, 2024.

Tabela 5: Dados Pronaf Custeio de Lavouras, Rio Grande do Sul, ano de 2023

PERCENTUAL DA ÁREA TOTAL DAS LAVOURAS DO RIO GRANDE DO SUL QUE FORAM FINANCIADAS COM PRONAF CUSTEIO DE LAVOURAS, ANO DE 2023, 13 PRODUÇÕES SELECIONADAS			
CULTURA	ÁREA PLANTADA TOTAL NO RS, HECTARES	ÁREA FINANCIADA COM PRONAF HECTARES	% DA ÁREA TOTAL QUE FOI FINANCIADA COM PRONAF
SOJA	6,642,140	857,566.47	12.91
MILHO	822,596	284,363.54	34.57
TRIGO	1,505,807	429,713.45	28.54
UVA	47,013	10,666.97	22.69
ARROZ	845,000	18,794.29	2.22
TOMATE	1,943	632.78	32.57
MAÇÃ	15,959	841.51	5.27
LARANJA	20,342	2,724.85	13.40
CEBOLA	5,987	1,449.56	24.21
FEIJÃO	47,707	5,758.09	12.07
BATATA INGLESA	16,930	239.45	1.41
BANANA	12,157	372.95	3.07
MANDIOCA	43,715	258.80	0.59
TOTAIS	10,027,296	1,613,382.71	16.09

FONTE: PAM IBGE e MDCR BACEN, extraído em 14 de 02 de 2023, elaborado por José Miguel Preto e Huli Marcos Zang

A análise dos dados da tabela 5 revela que dos 1.613.532 hectares plantados com recursos do Pronaf no RS, apenas 183.520,86 hectares não foram para a cultura da soja, milho e trigo.

A análise dos números apresentados aponta para a apropriação dos recursos destinados à viabilizar a produção da agricultura familiar. Este estudo não analisou o contexto da totalidade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, apenas indica que os mecanismos utilizados para viabilizar a produção de alimentos dependem cada vez menos do Pronaf que cada vez é mais utilizado para produção de commodities.

Tratemos ainda do Pronaf, da modalidade denominada PRONAF AGROECOLOGIA, que segundo o BNDES é o “Financiamento para agricultores e produtores rurais (pessoas físicas) para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.”

No caso das 20 famílias do AFS que foram entrevistadas para este estudo, apenas duas famílias estão acessando recursos de custeio através do Pronaf Agroecologia com taxas de 3 % ao ano pré-fixado. As demais apresentam alguma restrição no sistema financeiro que as impossibilitam de acessar alguma modalidade de Pronaf. Segundo ZANG (2021), em média 90 % das famílias do AFS apresentam algum nível de restrição de crédito, sendo as no Banco do Brasil as mais graves.

Mesmo havendo todos os requisitos preenchidos, acessar a modalidade de Pronaf agroecologia é na prática muito difícil.

No ano de 2023, em todo o Brasil, foram realizados 220 contratos do Pronaf Agroecologia para investimento, de um universo de mais de 1,5 milhão de contratos em todas as linhas. Em todo o estado do RS foram 22 contratos na modalidade, de um total de 227 mil contratos (MDCR 2023).

É prática dos bancos e cooperativas de crédito exigir garantias, mesmo que estas sejam de livre negociação. Como as famílias assentadas não detêm a propriedade da terra, apenas posse declarada através de um contrato de Concessão de uso (CCU), esta não pode por sua vez ser dada em garantias, o que definitivamente dificulta muito a operação de crédito. Esta modalidade ainda é exclusiva para acesso individual, sendo vedado o acesso por cooperativas, mesmo no caso de operações para produção, industrialização e comercialização de alimentos orgânicos, como no caso da COPERAV. Para tanto, a cooperativa acessa recursos com taxas na ordem de 6% ao ano, mais tarifas, que é a mesma condição acessada se produzisse milho e soja transgênica, por exemplo.

Assim como os recursos do Pronaf, como demonstram os dados apresentados, em sua grande maioria não chegam para a produção de alimentos, outras fontes de recursos de execução obrigatória, que poderiam potencializar a agricultura familiar e a transição agroecológica se perdem na falta de estratégia e decisão política do governo e dos movimentos sociais. Vejamos que em 2024, apenas o município de Viamão, através do programa Bolsa família, recebeu mais do que o orçamento da Conab para o PAA no estado do Rio Grande do Sul.

No caso de Viamão foram exatamente R\$ 144.679.669,00, o equivalente a 10,4% a mais do que no ano anterior, 2023, quando as famílias beneficiadas receberam um total de R\$ 131.092.253,00, entre os meses de março e dezembro. O valor médio dos benefícios pagos em 2023 variou de R\$ 675,94 em março a R\$ 679,14, em dezembro. Naquele mesmo ano o cadastro único do Município superou a cobertura da média de pobreza estimada conforme dados do IBGE- 2010, quando a estimativa era de 7.059 famílias em extrema pobreza. (DIARIO DE VIAMÃO - 2024).

Deste montante de recursos de dezenas, centenas de milhões de reais, é possível supor, com exceção talvez de alguma compra em feiras, que pouco ou quase nada se converte em aquisição de alimentos da agricultura familiar. A crítica aqui não é nem de longe ao Programa Bolsa família, mas a falta de capacidade

instalada em criar instrumentos que oportunizem utilizar os recursos existentes para que com estes, ao invés de adquirir ultra processados em grandes redes de supermercados, as famílias possam adquirir alimentos saudáveis, no caso de Viamão, do AFS, por exemplo. Criar reserva de mercado, sim! É o que foi feito com o PNAE, ao reservar no mínimo 30 %, de forma obrigatória com a lei 11.947/06 para a agricultura familiar, com prioridade para alimentos orgânicos. 10 % do valor destinado à bolsa família em Viamão é valor maior do que o destinado ao PAA (para ser executado pelos municípios) em todo o estado do RS em 2024.

O valor da bolsa família de Viamão em 2024(R\$ 144.679.669,00) é maior do que o orçamento operacional de todas as modalidades de PAA para a agricultura familiar executada pela Conab, Superintendência/RS, que nos anos de 2023/24 operou com o montante de R\$ 136.245.147,14. (Fonte CONAB, 2025)

A tabela 6 demonstra que há no AFS 228 famílias com certificação orgânica no seu território. Todos os certificados emitidos pelo Organismo Participativo De Avaliação De Conformidade Orgânica – OPAC COCEARGS são do AFS.

Tabela 6: Cadastros de agricultores com certificação orgânica

CERTIFICADORAS	Nº CADASTROS
OPAC COCEARGS	228
ABDSUL	1
ECOVIDA	18
ECOCERT	4
IBD	4
INSTITUTO CERTIFICA	3
RAMA	16
TOTAL	274

Fonte: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>.

Através da análise do cadastro nacional de produtores orgânicos, das 228 famílias com certificados orgânicos do AFS a grande maioria, 140, é vinculada a produção de arroz. As demais são engajadas na produção de hortaliças e frutas. Há casos de certificados com atividade produtiva de hortifrúti e arroz.

O mesmo cadastro demonstra que Viamão é o município do estado do Rio Grande do Sul com maior número de certificados. Em segundo lugar está o

município de Morrinhos do Sul com 209 certificados e Nova Santa Rita na sequência com 156 cadastros.

No país, como demonstra o gráfico 5, Viamão está na segunda colocação em número de certificados orgânicos. Dos 5.570 municípios existentes no Brasil, 1893 municípios (34%), tem ao menos um registro de certificado orgânico. Vale ressaltar que o município de Lago do Junco, do estado do Maranhão, que está em primeiro lugar com 709 cadastros tem 708 cadastros de extrativismo de babaçu, sendo apenas um de Produção Orgânica Vegetal e os 274 registros de Viamão são de Produção de Origem Vegetal. No RS, de um total de 497 municípios, há registros em 283 municípios (57%).

Gráfico 05: Total de cadastros de certificados orgânicos por município no Brasil



Elaborado através dos dados do cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Fonte: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>.

O gráfico 5 ainda nos revela que se o AFS fosse um município seria o sexto maior do Brasil em número de certificados orgânicos.

8.1 CONCLUSÃO

Como já estudado, a transição agroecológica é um processo dinâmico, que precisa levar em consideração o agroecossistema e o movimento das pessoas em suas relações sociais, econômicas e políticas envolvidas. Não há motivos, por exemplo, para dizer que as famílias que atualmente não tem certificação orgânica também não estejam em algum nível de transição. Este estudo não foi capaz de coletar dados sobre estas famílias, cuja produção ainda não é certificada, e que representam mais de 1/3 das beneficiárias do AFS, mas há movimento permanente em busca de apoio na AAFISE e na COPERAV de informações para produzir alimentos por parte destas famílias.

As famílias com certificação emitida estão em um estágio mais avançado da transição agroecológica, mas não há como afirmar que todas têm práticas que automaticamente levem à um estágio superior desta transição. Há práticas, mesmo que isoladas, que remontam às da agricultura convencional.

Vejamos que, no caso do arroz orgânico não há utilização de insumos químicos de base sintética, nem venenos para controle de plantas indicadoras ou “pragas”. Nos últimos três anos a prática da utilização de Bioinsumos ganhou força, principalmente com a utilização de insumos biológicos. Esta prática eleva o estágio da transição agroecológica em relação à autonomia produtiva e eficiência energética. Ao mesmo tempo, segundo dados da AAFISE, há grande ineficiência na utilização dos recursos hídricos, aumentando o gasto de água no decorrer de toda a safra na ordem de 40 %. No campo da produção de hortaliças várias práticas de SPDH⁴⁴ (Sistema de plantio direto de hortaliças) tem sido implementadas pelos agricultores, ao mesmo tempo que continua a dependência e utilização de cama de aviário de origem externa.

Podemos tratar ainda da questão do plantio do arroz nas mesmas áreas, inúmeras safras em sequência, o que termina parecendo uma prática similar a uma lavoura convencional levando a percepção da prática da monocultura o que, nem de longe, é considerada prática agroecológica. Ocorre de fato o plantio do arroz de forma sequencial por anos consecutivos nas mesmas áreas, das quais inúmeras já têm sido deixadas em pousio, por dois ou três anos, ou ainda sendo transformados em campos de pastagem para o gado para depois voltarem

⁴⁴ SPDH – sistema de manejo do solo que consiste em plantar hortaliças sobre o solo coberto por adubação verde.

novamente a ser cultivadas com arroz. Como se trata de banhado, não é simples falar em rotação de culturas, intercalando leguminosas e gramíneas por exemplo. A prática do pousio do solo tem ganhado força, sendo uma das principais técnicas utilizadas para superar a repetição do plantio da mesma espécie por vários anos. Ainda há a questão ideológica a ser observada ao se tratar de monocultura, vinculada principalmente a práticas de grandes proprietários para produção de commodities. No caso do AFS tratamos como já informado de 140 famílias envolvidas no processo da produção do arroz agroecológico, organizadas em 30 grupos de produção.

Ao tratarmos do AFS, tudo é imenso. O território de 9.478,9 hectares, livre de agrotóxicos e transgênicos, mais de duas mil pessoas, 1.600 hectares de produção de arroz, quase 500 hectares de lâmina d'água de barragem, 228 famílias com certificação orgânica e cooperadas, dentre outros como o número de feiras orgânicas na região metropolitana atendidas pela produção do assentamento. Este imenso que nos referimos está imerso na transição agroecológica do estágio mais inicial e em casos nos estágios mais avançados. Os que estão no caminho são muitos. Ainda há muita terra e muita gente para conscientizar e movimentar rumo à agroecologia e à cooperação, estas duas como irmãs siamesas, indivisíveis, que devem andar sempre juntas na construção e no estabelecimento complexo e diverso de todos os níveis da transição agroecológica.

Vejamos que, estamos tratando de um território, não um grupo de produção ou lote familiar, mas a transição de um território com tamanho maior do que 74 municípios do estado e com população maior de 44 municípios do RS (IBGE – CIDADE E ESTADOS). Neste território, as pessoas vêm construindo o processo de transição agroecológica com todas as ferramentas disponíveis. As compras públicas de alimentos da agricultura familiar definitivamente são uma destas ferramentas, que em comparação ao PRONAF, por exemplo, no AFS tiveram papel mais relevante e efetivo no atual estágio da transição agroecológica.

O levantamento de dados e os diálogos demonstram que sem os recursos provenientes das operações de compras públicas seria muito difícil o AFS estar no estágio de transição em que se encontra. Demonstram também fragilidades importantes como a ausência de equipe técnica com profissionais capacitados para orientar e apoiar os agricultores e cooperativas.

Assim como no AFS, a transição agroecológica, leia-se os indivíduos envolvidos, precisam encontrar caminhos para que esta seja massiva, inclusiva, abrangendo o maior número de pessoas, de área e volume de produção, o estado precisa qualificar os mecanismos para financiar a transição agroecológica, bem como financiou a revolução verde e sustenta o agronegócio. É preciso desenvolver métodos de chegar aos jovens, nas gerações que futuramente serão as produtoras dos alimentos e defensoras dos territórios e dos agroecossistemas.

9. REFERÊNCIAS

BRAGA, Gustavo Bastos; FIALHO, Micheli Fontes: *Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) [livro eletrônico]* / coordenação José Ambrósio Ferreira Neto, Brício dos Santos Reis. -- Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021. PDF - TED nº 26/2018, MAPA/UFV - Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021. PDF. P 77

BRASIL: *Constituição da República Federativa do Brasil*, Art. 186. Promulgada em 31 de dezembro de 1987. Disponível em [HTTPS://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656942/artigo-186-da-constituicao-federal-de-1988](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656942/artigo-186-da-constituicao-federal-de-1988). Acesso 21 jan.2025.

BRASIL. Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em 03/02/2025.

BRASIL Resolução CD/FNDE Nº 3, de 4 de fevereiro de 2025. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2025/resolucao-cd_fnde-no-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-resolucao-cd_fnde-no-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-dou-imprensa-nacional.pdf/. Acesso em 06 de fevereiro de 2025

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11326.htm Acesso em 05/02/2025.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, 2012. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm . Acesso em 03/02/20225

BRASIL. MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMETNO – INCRA – **Crédito de instalação**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/credito>. Acessado em 22 de junho de 2024

BRASIL. MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMETNO INCRA – **Programa Nacional de Reforma Agraria**. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> (2024) Acesso em 22 de junho 2024.

BRASIL. MINISTERIO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. MINISTERIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRARIO (MDS). **Programa De Aquisição De Alimentos Modalidade Compra Institucional (PAA-CI)**. Equipe Técnica PAA-CI/CGDIA/SESAN/MDSA. MANUAL_PAA_2017.pdf pg 16, 22. Brasília-DF Disponível em <https://paa.mds.gov.br/page/>. Acesso 12 de fev. de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDS_ **DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO**. Governo Federal lança Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Publicado em 16 de outubro de 2024. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em 25/01/2025.
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. BRASIL AGROECOLÓGICO – **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, 2013. <https://www.gov.br/mda> acesso 11/02/2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-MAPA: **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - **Dados da Agricultura Familiar**. Publicado em 31/08/2015 e Atualizado em 12/03/2024. Disponível em :<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 21 jan. 2025.

CANAL RURAL. Agricultores fazem protesto contra apreensão de arroz em Viamão.

Redação do Canal Rural 18 de março de 2009. Disponível em <https://www.canalrural.com.br/agricultura/agricultores-fazem-protesto-contraprensao-arroz-viamao-52588/>. Acesso em 09 de jan. de 2025

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. MERCADOS INSTITUCIONAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E SOBERANIA ALIMENTAR/Institutional Markets for family agriculture and food sovereignty/Los mercados institucionales para la agricultura familiar y la soberanía alimentaria. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 32, p. 34–55, 2016. DOI: 10.47946/rnera.v0i32.4790. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4790>. Acesso em: 12 de jan. 2025.

CANZAROLLI, R : Integração Lavoura-Pecuária para diversificar a Produção de Arroz Orgânico no Assentamento Filhos de Sepé(Viamão-RS): Desafios e Potencialidades da Ocupação da Várzea. **Dissertação Mestrado** - Florianópolis .2018.

CAPORAL, F. R.: **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações** – Brasília: 2008. 35 p.

CAPORAL, F. R.: **AGROECOLOGIA**. Disponível em <https://frcaporal.blogspot.com/2013/>. Acesso 21 dez 2024.

CAPORAL, Francisco R.; Costabeber, José A.: **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, MDA/SAF/DATER-IICA, 2004 - 24 p - Disponível em <http://frcaporal.blogspot.com> - acesso em 29/01/2025.

Carta de Consessão de Uso – Arquivo AAFISE 2002. Documento interno Não publicado

CONAB: Transparência Gestão dos Estoque Públicos. Disponível em https://sisdep.conab.gov.br/transparencia_internet/relatorio/aquisicoes?ln=2- Acesso em 15 fev. 2025.

COSTABEBER; J.A: *Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização*. Tradução livre do terceiro capítulo da **Tese Doutoral** de José Antônio Costabeber (1998): Acción a colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia.

CUNHA, W. A. DA .; FREITAS, A. F. DE .; SALGADO, R. J. DOS S. F.. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427–444, jul. 2017.

DAVID, L.; et al (organizadores) Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: **relatório verde**, -Porto Alegre: Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul, 2018, - 302 p : il. p 185

DIARIO DE VIAMÃO – CAD. Disponível em <https://www.diariodeviamao.com.br/viamao>. Acesso 13/02/2025.

ELIAS, L. de P. /... [et al.]: **Efeitos das compras públicas na renda de agricultores familiares no Brasil : análise do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar**– Brasília, DF: Ipea, 2024

FERNANDES, B.M.: **O MST e a Pesquisa**. Produção – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. 1ed: outubro 2001.

FRAGA, R.: **Dilma 'reconhece' crise e diz que RS tem histórico de dificuldades**. G1 RS em Eldorado do Sul, 20/03/2015. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/dilma-inaugura-unidade-de-secagem-e-armazenamento-em-eldorado-do-sul.html> . Acesso em 20 de jan de 2025.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros ensaios**. 8º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GLIESSMAN, Stephen R.: **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2000 - 1. Agricultura — Ecologia. E. Título. CDU 631.58/584.9:634.0.1

GODOY, Anilda. S.: Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 209, 1995.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. Capítulo IV, in **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. p.77; 21º ed; Editora Vozes, Petropolis 2002. acesso em 06/06/2024

GRISA, C.; SCHNEIDER (ORG) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P.163 - CDU 631.1:330.34(81)

GRISA, C; SCHNEIDER, S; :**Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

HASSE, G: **Lavouras irrigadas concorrem com o abastecimento humano nas cidades gaúchas**. Globo Rural, Brasil.
<https://globorural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2017/03/lavouras-irrigadas-concorrem-com-o-abastecimento-humano-nas-cidades-gauchas.html>. Acesso em 10/01/2025.

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul . Redesenho da Matriz Agroecologia do Assentamento Filhos de Sepé. Programa ECOVIAMÃO. Última atualização em 28/06/2021. Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/ecoviamao/projetos/redesenho-da-matriz-agroecologica-do-assentamento-filhos-de-sepe/>). Acesso em 15 fev 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **CIDADES E ESTADOS**. Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/>. Acesso em 09 de fev.2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. População no ultimo censo 2022: **BRASIL, RIO GRANDE DO SUL/VIAMÃO**. Porto Alegre , Atualizado em 22/12/2023. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/panorama> . Acesso em 11 de jan de 2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Resultado do censo agro 2017**- Brasil, 2017. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html. Acesso em 26/03/02025.

Jean-François Le Coq, Grisa, C; Guéneau, S; Niederle, P: **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina** - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2021. 550 p. ; 23 cm.

LOPES, M.; FORNAZIER, A. : Modalidades de Compras Públicas de Alimentos da Agricultura Familiar no Brasil – Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/71339-centro-de-excelencia-contrafome-da-onu-lanca-publicacoes-sobre-politicas-sociais-e-de?> Acesso em 12 jan 2025.

Marco referencial em agroecologia - Coordenador do Grupo de Trabalho: Luciano Mattos. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília, DF : **Embrapa** Informação Tecnológica, 2006. 70 p. ISBN 85-7383-364-5. Disponível em <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/Marcoreferencial.pdf>. Acesso em 16 de fev. de 2025.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia** São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 360. P 36.

MATTEI, L. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. e HERINGER, R. (Orgs.). *A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2011

MARX, K; ENGELS, F.: A ideologia Alemã - **Versão eletrônica** disponível em <http://www.jahr.org>, p21 Acesso em 15 dez 2024.

MINAYO, M.C.de S. (Organizadora); DESLANDES, S. F.; NETO, O.C.; GOMES, R.: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. p.21; 21º ed; Editora Vozes, Petrópolis 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) — 2023**, disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em 08 mar. 2025

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) – **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** Reportagem especial em 16 de jun. 2021. Disponível em <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso 11/02/2025.

NIERDELE; P.A.: **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 270 - 291, janeiro-abril, 2019.

O MST E A PESQUISA, CADERNOS DO ITERRA, ano 1 – N° 3 - outubro de 2001, 1º edição. Produção: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma

Agrária. Organização: Articulação de Pesquisadores do MST e Coletivo Político Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro. p 8,12,17, 39, 40,44, 45.

Plano de trabalho da Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE) 2014 – Documento interno. Não publicado.

PORTO, S. I.: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): **Política Pública de Fortalecimento da Agricultura Familiar da agroecologia no Brasil** / Silvio Isoppo Porto. – 2014. 131f. : il. p.28

PREISS, Potira Viegas. Construção do conhecimento agroecológico: o processo de construção das famílias produtoras de arroz do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão, 2013, 195 f. **Dissertação (mestrado)** UFRGS, PGDR, Porto Alegre. P 32

RUSCHEL, RENÉ: **A história dos 13 agricultores presos por Moro e depois absolvidos. Carta Capital**. Edição da semana- sociedade- reportagem de 14 de jul. 2019. SP. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos/>. Acesso em 16/01/2025

SAMBUICHI, R. H. R. ; SPINOLA P. A. C.; AVILA, M.L.; SILVA. A.P.M.: Avaliação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: primeiros resultados. 2016. Conference: **54° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia e Rural (SOBER)**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311015854>. Acesso em 06 de jan. 2025

SAMBUICHI, R.H.R.; ... [et al.] (ORGANIZADORA): A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável – Brasília : Ipea, 2017. 463 p. : il., gráfica Colo

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: editora Cengage Learning,2014.

RS.GOV.BR – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC – Subsecretaria de Infra estrutura e serviços escolares. **Alimentação Escolar**. Disponível em <https://educacao.rs.gov.br/alimentacao-escolar-seduc-rs>. Acesso em 05 de fev. de 2025.

STEPHEN, R.; GLIESSMAN, M. R.; The Conversion to Sustainable Agriculture Principles, Processes, and Practices Edited.Tomo Editorial, Porto Alegre, 2012.

RS.GOV.BR. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA. **Área de proteção ambiental: Banhado dos Pachecos.** Disponível em <https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-do-banhado-grande> Acesso em 03/01/2025.

RS.GOV.BR. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA: Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Disponível em <https://www.sema.rs.gov.br/refugio-de-vida-silvestre-banhado-dos-pachecos>. Acesso em 02 jan de 2025.

Termo de Cooperação – AAFISE/INCRA – 2023 – documento interno AAFISE – não publicado

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987. p.109

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM - Residência Agrária - **Palestra de assentado na etapa de Viamão** - RS, no assentamento Filhos de Sepé - 10 de dez. de 2013. Disponível em <https://youtu.be/dzRG3lfNgh0?si=zUU8VZQBxzR83Smo> Acesso em 20 de jan. 2025.

VIAMÃO – HISTORIA –PORTAL DE SERVIÇOS Disponível em <https://www.viamao.rs.gov.br/portal/servicos/1002/historia/> acessado em 11/01/2025.

VIAMÃO – Legislação: **LEI nº 2021/514/5134.** disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/v/viamao/lei-ordinaria/2021/514/5134/> 5242/2022 - acessado em 17 de fev de 2025.

WWP, Mundo sem pobreza: **Histórico do PAA** Brasileiro. p.1 e 2. Disponível em https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf. Acesso dia 17 de jan 2025.

ZANG, H.M.: Qualificação Da Gestão Financeira Para Acesso Ao Crédito De Melhor Qualidade: O Caso Da Cooperativa Dos Produtores Orgânicos Da Reforma Agrária De Viamão. **Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação.** Viamão agosto 2021.